

REVISTA
A L T E R I D A D E

Gy Reis Gomes Brito
Christian Figueira Cunha
(org)

REVISTA
A L T E R I D A D E



Montes Claros
junho/2011

© - EDITORA UNIMONTES - 2011
Universidade Estadual de Montes Claros

REITOR

João dos Reis Canela

VICE-REITOR

Professora Maria Ivete Soares de Almeida

DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Huagner Cardoso da Silva

DIRETOR DA IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Humberto Velloso Reis

PRODUÇÃO GRÁFICA

Imprensa Universitária/Unimontes

EDITORA UNIMONTES

Conselho Editorial

Maria Cleonice Souto de Freitas

Rosivaldo Antônio Gonçalves

Silvio Fernando Guimarães de Carvalho

Wanderlino Arruda

REVISÃO LINGÜÍSTICA

oiiiiioiiii

ooooooooooooooooiiiiiiiiiiiiiii

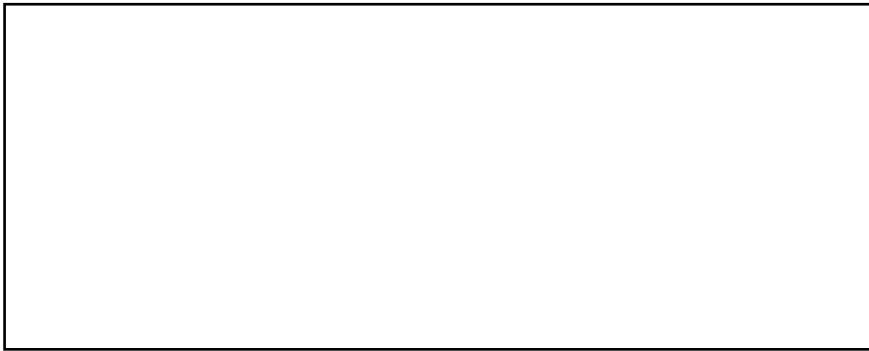
CAPA

PROJETO GRÁFICO

Bernardino Mota

CATALOGADO PELA BIBLIOTECA CENTRAL PROFESSOR ANTÔNIO JORGE - UNIMONTES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIMONTES
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil
CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126
www.unimontes.br
editora@unimontes.br

Filiada à



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**

Revista Alteridade
Equipe técnica

Coordenador docente:

Gy Reis Gomes Brito (UNIMONTES)

(telefone 38 99118586 e e-mail: gyreis@yahoo.com.br)

Coordenador discente:

Christian Figueira Cunha (UNIMONTES)

(telefone 38 91532717

e e-mail: figueiracunha1@hotmail.com)

Palavras-Chave:

- Alteridade
- Revista
- Discente

AGRADECIMENTOS

A comissão da Revista Alteridade que é constituída por docentes e discentes do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros agradece e parabeniza esta instituição, que neste ano comemora o seu cinqüentenário, por dar-nos condições intelectuais e materiais para a realização do projeto Revista Alteridade.

Agradecemos também ao Departamento de Política e Ciências Sociais pelo incondicional apoio e assistência a esta comissão para operacionalizar e viabilizar a edição da Revista Alteridade que acreditamos ter atendido às demandas científicas estudantis.

Por acolher o projeto da revista Alteridade como atividade da empresa ceder infra-estrutura operacional e logística agradecemos também a Empresa Júnior de Estudos e Pesquisas Sociais – Datamontes.

Nominalmente agradecemos os pareceres dos professores Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, Antônio Dimas Cardoso, Carlos Caixeta de Queiroz, Cláudia Luz de Oliveira, João Batista de Almeida Costa, Laurenício Mendes da Silva, Maria da Luz Alves Ferreira e Maria Railma Alves por terem contribuído efetivamente à revista.

É válido ressaltar o esforço dos autores dos artigos que prontamente contribuíram para o encaminhamento dos mesmos, sem vocês esse trabalho não seria possível, deixamos registrado nosso sincero reconhecimento.

A tod@s que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste projeto, que se consolida como um espaço democrático de veiculação nacional de trabalhos científicos discentes.

A Comissão

EDITORIAL

A Revista Alteridade apresenta-se como um veículo para a publicação dos resultados de pesquisas, estudos monográficos e atividades de extensão dos discentes vinculados ao Departamento de Política e Ciências Sociais que articula na graduação os cursos de Ciências Sociais e Serviço Social e na pós-graduação o mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

Ela aparece no cenário acadêmico nacional durante as comemorações dos 50 anos da Unimontes, porém sua historicidade a vincula às transformações pelas quais passaram a própria universidade e o curso de Ciências Sociais durante os anos 1990. Nessa época é criada a revista Argumentos Discentes que foi publicizou resultados de estudos dos estudantes que se formavam em Antropologia, Sociologia e Política. Entretanto, ela não conseguiu estabelecer-se com regularidade e, também, porque se confundia com a revista Argumentos vinculada à publicação de estudos e pesquisas dos professores do próprio Departamento de Política e Ciências Sociais. O seu âmbito de alcance ampliou-se para o universo acadêmico brasileiro constituindo-se em um espaço de publicação significativo na área das Ciências Sociais.

Como uma fênix que ressurgue das cinzas, a revista Alteridade surge com nova plumagem, não só dada a mudança de nome, mas, principalmente, por ampliar a cobertura dos estudantes que podem nela publicar, graduandos de Antropologia, Serviço Social, Sociologia e Política e pós-graduandos em Desenvolvimento Social.

A revista Alteridade como seu próprio nome evidencia, apresenta-se como um espaço para publicação de resultados de pesquisas, monografias e atividades de extensão dos graduandos e pós-graduandos vinculados às Ciências Sociais que transitam estritamente nas três áreas que compõem esta ciência, mas também em áreas mais amplamente a ela vinculada, como o Serviço Social e o Desenvolvimento Social. E, ainda, porque se apresenta como espaço de publicação não apenas de produções da graduação, mas também da pós-graduação englobadas pelas Ciências Sociais.

A revista *Alteridade* propiciará aos discentes das Ciências Sociais um espaço impresso e um espaço eletrônico para a publicação de artigos que tenham escrito durante sua formação ou como conclusão de curso que tenham considerados de relevância para o avanço do conhecimento das áreas a que se vincula como um espaço acadêmico.

Neste primeiro número, após seu ressurgimento com nova identidade, a revista *Alteridade* publica artigos que tenham como temática questões da regionalidade norte mineira, mas esta não é a temática a que as futuras edições da revista pretende publicizar. Ela está aberta a qualquer temática construída a par dos olhares e das teorias antropológicas, sociológicas, políticas, do Serviço Social e, também, do Desenvolvimento Social.

Neste número são apresentados artigos que transitam pelas questões de gênero, do desenvolvimento de uma sociedade local, das historicidades e memórias de populações norte mineiras, da pesquisa como princípio educativo na formação de cientistas sociais, da questão racial e a difícil inserção do negro na sociedade brasileira e, por fim, de considerações sobre cinema e antropologia.

A *Alteridade* está disponibilizada a partir do esforço da DATAMONTES – Empresa Junior de Estudos e Pesquisas Sociais da Unimontes que será a responsável pela sua operacionalização sob a coordenação de um dos professores membros do Departamento de Política e Ciências Sociais, neste número, o Professor Mestre Gy Reis Gomes Brito.

Aguardamos a contribuição de discentes das Ciências Sociais, do Serviço Social e do Desenvolvimento Sociais.

Profº Doutorando Gy Reis Gomes Brito

Coordenador Docente da Revista

Christían Figueira Cunha

Coordenador Discente

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Justificativa.....	13
Objetivos.....	13
Metodologia.....	14
Empresa Júnior de Estudos e Pesquisas Sociais - Datamontes CUNHA, Christian Figueira.....	19
A Percepção dos Acadêmicos de Ciências Sociais Quanto a Pesquisa Como Principio Educativo no Curso CUNHA, Christian Figueira MAIA, Thereza Christina Silveira de Almeida.....	25
Trabalho de Homem e Trabalho de Mulher: analisando a divisão de trabalho de gênero na pesca ACYPRESTE, Izadora Pereira.....	39
Memória de Velhos, Compreensão do Passado no Presente DEOLIVEIRA, Juliana Queiroz Mota - PALES, Raíssa Cota.....	49
Antropologia e Cinema: Algumas Considerações COSTA, Pedro Henrique Mourthé de Araújo.....	57
Percepções Sobre o Setor Informal SILVA, Priscila Raposo.....	65
A Memória dos Pescadores do Rio São Francisco Thaís Dias Luz Borges Santos.....	79
Pescadores de Pirapora: O Surgimento da Indústria e a Perca de sua Identidade VIEIRA, Anne Karoline Rodrigues DOURADO, Thays Barbosa.....	89
Exclusão Racial: Uma Reflexão Sobre as Dificuldades de Inserção do Negro na Sociedade ROSA, Talita Isabel Pereira.....	99

1 - INTRODUÇÃO

Sabendo da importância de estimular e valorizar a produção científica na Universidade e em particular no departamento de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Estadual de Montes Claros/ UNIMONTES, vimos à necessidade de oferecer um espaço onde os acadêmicos de Ciências Sociais e áreas afins possam mostrar suas produções científicas.

Nesta perspectiva estamos apresentando o projeto da Revista Alteridade que será de publicação anual e com a finalidade de apresentar à comunidade acadêmica Artigos e possíveis projetos em fase iniciais, em fase de desenvolvimento e em conclusão.

2 - JUSTIFICATIVA

Percebido a amplitude dos temas escolhidos pelos alunos do curso de Ciências Sociais da UNIMONTES nos últimos anos, para suas monografias, Resenhas e Artigos, a Revista propõe a divulgação de artigos escritos por acadêmicos e pesquisadores cujas temáticas podem caminhar pelas três grandes áreas das Ciências Sociais sendo elas: Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas bem como temas relacionados ao Serviço Social e Mestrado em Desenvolvimento Social da Unimontes.

3 - OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral

Propiciar meios de socialização do conhecimento construído, tendo em vista o estímulo à investigação científica e ao debate acadêmico.

3.2 - Objetivos Específicos

Publicar artigos Científicos de Acadêmicos de Ciências So-

ciais e áreas afins, vinculados a Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

Divulgar os temas de pesquisa realizados pelos Acadêmicos de Ciências Sociais, Serviço Social e Mestrado em Desenvolvimento.

Publicar artigos, resenhas e outros Trabalhos que contemplem as três áreas das Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Manter uma anualidade de publicação.

4 - METODOLOGIA

Montagem dos conselhos editoriais;

Será na forma de convite.

Todos deverão estar vinculados ao Departamento de Ciências Sociais e política e/ou ao Mestrado de Desenvolvimento Social salvo professor com experiência em Metodologia da Pesquisa. Deverá ser misto contendo professores e acadêmicos.

Poderão ser convidados professores de outras instituições.

Deve se reunir periodicamente para manter a revista em atividade.

Os professores que forem de outra instituição poderão acompanhar a distância.

Chamadas públicas para artigo (tema);

Deverá ser na forma de edital.

Devem contemplar uma ou mais das três áreas das Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Sociologia e Ciência Política ou temas trabalhados no curso de Serviço Social e Mestrado de Desenvolvimento Social.

Serão aceitos no máximo 50 trabalhos por ordem de entrega.

Divisão e avaliação dos artigos publicáveis pelos pareceristas:

Será dividido por áreas e temas.

Cada professor vai dar uma nota de 50 a 100 pontos levando em conta:

Tema, Introdução, Justificativa, objetivos, metodologia, referências Bibliográficas, normas da ABNT.

Resposta aos autores dos trabalhos enviados:

Será realizado um fórum para apresentação dos trabalhos aprovados o restante receberá seus trabalhos com nota de 50 a 100 pontos.

Serão publicados os 12 trabalhos com melhor nota.

Fontes de indexação

Os artigos publicados pela Revista Alteridade são resumidos ou indexados em:

Sumários Correntes Brasileiros / Ciências Sociais e Humanas

Home Page da Empresa Junior de Estudos e Pesquisas Sociais da Unimontes, (Datamontes). www.datamontes.blogspot.com.br

Blog da revista Alteridade: www.revistaalteridade.blogspot.com

A publicação da revista:

Pro – Reitoria de Extensão da UNIMONTES.

Normas para a apresentação de colaborações

A Comissão Organizadora:

Coordenador docente: Gy Reis Gomes Brito (UNIMONTES)

Coordenador discente: Christian Figueira Cunha (UNIMONTES)

Rafael Alves de Oliveira

Camila Braga Silva

Deyvisson Felipe Batista Rocha

Ronize Viviane Jorge Faria

Editor responsável pelo conselho Editorial Docente e Conselho Consultivo

• Gy Reis Gomes Brito (UNIMONTES)	Doutorando	gyreis@yahoo.com.br
-----------------------------------	------------	---------------------

Conselho editorial Docente

• Maria Ângela Figueiredo Braga	Doutora	angela.braga@unimontes.br
• Maria Da Luz Alves Ferreira	Doutora	mariadaluz@oi.com.br
• Laurenicio Mendes Silva	Mestre	laurenicio@yahoo.com.br
• Andrea Maria Narciso Rocha de Paula	Doutora	andreapirapora@yahoo.com.br
• João Batista de Almeida Costa	Doutor	joba.costa@unimontes.br
• Carlos Caixeta	Mestre	carlos.caixeta@unimontes.br

• Maria Railma Alves	Mestre	railma.alves@unimontes.br
• Idalécia Soares Correia	Mestre	idaleciasoares@oi.com.br
• Gilmar Ribeiro dos Santos	Doutor	gilmar.santos@unimontes.br
• Geusiane Pereira Silva	Mestre	geusisocial@yahoo.com.br

Conselho editorial Discente

Responsável pelo conselho editorial Discente	Período	Contatos
• Christian Figueira Cunha (UNIMONTES)	7°	figueiracunha1@hotmail.com
• Ronize Viviane Jorge de Faria	7°	ro.viviane@hotmail.com
• Rafael Alves de Oliveira	4°	rafaalves13@yahoo.com.br
• Camila Braga Silva	8°	camilabrg89@hotmail.com
• Deyvisson Felipe Batista Rocha	8°	deyvissonfelipe@yahoo.com.br

Conselho consultivo

• Gy Reis Gomes Brito (UNIMONTES)	Doutorando	gyreis@yahoo.com.br
• Carla Maria Junho Anastasia	Doutora	carla.anastasia@terra.com.br
• José Normando Gonçalves Meira	Doutor	norcas@oi.com.br

EMPRESA JÚNIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS - DATAMONTES

CUNHA, Christian Figueira¹
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

Na aprovação do CEPEX, em 05/07/2002, se institucionaliza a Empresa Junior de Estudos e Pesquisas Sociais – EJE-PES, mais conhecida como DATAMONTES, que entre outras propostas traz a perspectiva dos acadêmicos do curso de Ciências Sociais da Unimontes, como se pode verificar na seguinte citação:

A proposta de se criar um espaço de articulação de grupos de discentes pesquisadores da Unimontes vem sendo aguardada, principalmente, pelos graduandos em Ciências Sociais. A EJPES deverá se constituir de grupos temáticos de forma que possa desenvolver atividades de pesquisa, proporcionando o incremento dos conhecimentos adquiridos durante o curso de Ciências Sociais, colocando-os em prática a serviço da região (PROJETO EJEPS, 2002, p.6).

E continua demonstrando a importância de ser ter um espaço para as praticas acadêmicas tendo em vista que o curso não tem em sua grade curricular o estágio obrigatório, fazendo com que o curso seja extremamente teórico.

O projeto Empresa Júnior é um meio eficaz de diminuir o abismo que ainda separa a formação universitária do mercado de trabalho. À medida que as Empresas Juniores possibilitam um ambiente prático de aprendizado, o aluno levará suas experiências para dentro da sala de aula de forma a ampliar, por meio do debate, o aprofundamento do seu conhecimento. A qualidade do ensino superior passa necessariamente pelo foco do aluno, pois qualidade gera desenvolvimento. A universidade, com o apoio da Empresa Ju-

nior, estará contribuindo no desenvolvimento de profissionais mais capazes. A sociedade terá o benefício de usufruir do conhecimento adquirido na universidade (PROJETO EJEPS, 2002, p.6).

Sendo uma associação civil sem fins lucrativos, formada e gerida pelos acadêmicos do curso de Ciências Sociais e supervisionada e assessorada pelos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, a Empresa Júnior de Estudos e Pesquisas Sociais-DATAMONTES é composta, como rege o seu Estatuto, pelos Conselhos Administrativo e Fiscal e, também, pela Diretoria Executiva que atualmente é composta por: Diretor Presidente: Christian Figueira Cunha, Diretora Administrativo: Anne Karoline Rodrigues Vieira, Diretora de Recursos Humanos: Emylle Maryane Soares de Melo, Diretor de Marketing: Rafael Alves de Oliveira, Diretora de Projetos: Luisa Lucrécio Barbosa Oliveira.

Desde sua fundação a DATAMONTES passou por varias mudanças e por nove diretorias executivas que fizeram diversos trabalhos a fim de manter seu padrão de qualidade nos serviços prestados a seus parceiros e de oportunidades práticas e laboratoriais para os acadêmicos do curso de Ciências Sociais. Acompanhando o desenvolvimento do mundo, mas sem perder sua essência, mantém idéias como: promover o desenvolvimento acadêmico e profissional do estudante do curso de Ciências Sociais da Unimontes, proporcionar serviços relacionados ao mercado de trabalho do cientista social na medida em que presta serviço para organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Além de contribuir para a formação do acadêmico, a DATAMONTES cumpre importante papel social, pois, freqüentemente, presta seus serviços a instituições com finalidades sociais, onde a Empresa Junior de Estudos e Pesquisas Sociais desenvolve projetos e pesquisas que contribuem para que estas instituições possam atuar com maior eficiência. Uma

vez que elas podem utilizar os dados científicos e projetos elaborados com o rigor da ciência.

A DATAMONTES visa à prestação de serviços de assessoria, consultoria e pesquisa em: planejamento e execução de projetos de pesquisa; estudos socioeconômicos e culturais de populações; treinamento de entrevistadores de campo; desenvolvimento de estudos e pesquisas especiais que fundamentam a elaboração de projetos em políticas públicas; tabulação de dados de pesquisas desenvolvidas por organizações públicas, privadas e da sociedade civil; assessoramento e análise estatística em geral de resultados de pesquisas e sondagens. E a qualidade desses serviços prestados é atestada pelos professores/pesquisadores do Curso de Ciências Sociais da Unimontes que orientam e supervisionam os trabalhos.

A DATAMONTES já prestou serviços em quase todos os municípios do Norte de Minas e como uma associação sem fins lucrativos, é uma instituição em potencial para prestar assessoria e consultoria as empresas dessa região, favorecendo, assim, suas condições para que cresçam, desenvolvam, aumentem suas receitas, fomentem mais recursos e se fortaleçam, para que continuem a desenvolver seus trabalhos e que, principalmente, aumentem a sua eficácia, pois são extremamente importantes para os Municípios.

Convém registrar aqui uma iniciativa de extrema relevância que demonstrou a capacidade da DATAMONTES de atuar em parceria com o curso de Ciências Sociais. Em 2007 a Reitoria da Unimontes firmou convênio de prestação de serviço com a Prefeitura de Montes Claros que consistia no cadastramento da população de Montes Claros no CADSUS – Cadastro Único do Sistema Único de Saúde. Para coordenar este projeto iniciado em 2007 o professor Lucio Flávio, do DPCS, ajustou com a Reitoria o compromisso de que ao final do cadastramento o espaço físico seria destinado ao

Laboratório de Informática do curso de Ciências Sociais. Encerrado o projeto em 2008 o Departamento recebeu da Reitoria o espaço físico destinado ao Laboratório de Ciências Sociais, e esta sala contava com apenas cinco computadores provenientes do convênio, mas tinha potencial para instalação de 16 computadores. A Diretoria da DATAMONTES, gestão 2007/2008, sensibilizada com falta de computadores, assumiu o compromisso de equipar o Laboratório de Ciências Sociais com máquinas suficientes para a inauguração do LCS. O que de fato ocorreu, e assim doou para o LCS 10 máquinas, entre usadas e novas. De 2008 pra cá vários avanços para o Curso de Ciências Sociais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão foram proporcionados com esta iniciativa.

A DATAMONTES apesar de ser uma associação sem fins lucrativos necessita de recursos para promover todos seus trabalhos, apesar de não receber recursos da instituição de ensino (Universidade Estadual de Montes Claros), garante sua autonomia. A EJPES exerce sua função social, que é a de fornecer subsidio técnico a toda população que necessita de seus serviços, por um custo necessário para garantir sua sustentabilidade, ressaltando seu caráter assistencialista e, muitas vezes, filantrópico.

Diante do exposto, são descritos a seguir, os principais Projetos da Gestão 2011/2012:

- » Parceira da Revista Alteridade, a Revista Discente do Curso de Ciências Sociais.
- » Pesquisa de opinião Fundação Fé e Alegria.
- » Pesquisa NUPASA/CIPAR em Pirapora.
- » Pesquisa de opinião para utilização do Restaurante Universitário da (Unimontes).
- » Curso de capacitação em Pesquisa para acadêmicos do curso de Ciências Sociais

- » Participação da comissão da I Jornada de Reflexão do Curso de Ciências Sociais
- » Curso de Informática para os acadêmicos do Curso de Ciências Sociais (Unimontes).
- » Café Solidário do Curso de Ciências Sociais da Unimontes.
- » Parceria com o Instituto Aprove, na contratação de entrevistadores.

A DATAMONTES assegura o sigilo e o compromisso trazendo confiabilidade para suas pesquisas, bem como os seus resultados e efetiva a conciliação entre os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer do curso de Ciências Sociais e a prática da profissão do cientista social, prestando serviço de qualidade sob a orientação de professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, podendo destacar, assim, seus objetivos: promover o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes de Ciências Sociais da Unimontes, possibilitando a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e promover o desenvolvimento do Norte de Minas; promover a integração do conhecimento do acadêmico com a realidade social e econômica; fomentar a iniciação a pesquisa; ser instrumento de iniciação e aperfeiçoamento profissional; oferecer serviço de alta qualidade e confiabilidade e assessorar empresas, investidores, políticas de desenvolvimento local com estudos precisos.

A empresa tem sede e foro na cidade e comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, funcionando nas dependências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, situada à Avenida Dr. Ruy Braga, s/nº, Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Vila Mauricéia

Dados Institucionais da Datamontes

Data de fundação: 05/07/2002 Resolução Cepex: Nº 079 – CEPEX/2002

Inscrição estadual: isento Inscrição municipal: 429390

CNPJ n. 05.594.909/0001-39

Endereço: Rua Dr. Ruy Braga s/n,

Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro

Bairro Vila Mauricéia, Montes Claros, MG, Brasil.

PRÉDIO 01 – SALA 116

Telefone: (38) 3229-8269

Celular:(38) 9153-2717

E-mail: ej.datamontes@yahoo.com.br

Blog- www.datamontes.blogspot.com.br

A PERCEÇÃO DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS QUANTO A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO CURSO

CUNHA, Christian Figueira ¹

MAIA, Thereza Christina Silveira de Almeida ²

Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

RESUMO

Aprender com pesquisa é um processo que visa provocar discussão, é desafiador, envolve o debate do conhecimento, a construção de argumentos e sua respectiva validação, pois onde não aparece o questionamento construtivo, não emerge a propriedade educativa. A proposta de ensino pela pesquisa discutida nesse trabalho tem o objetivo de descrever o entendimento de pesquisa dos acadêmicos do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES e verificar se a pesquisa é utilizada como princípio educativo no curso. Uma vez que o ensino aliado à pesquisa possibilita a formação de acadêmicos capazes de refletir criticamente e produzirem conhecimento sobre a área em estudo. Foi um estudo bibliográfico, de campo, qualitativo, descritivo, realizado por meio de questionários. Pôde-se perceber que a maioria dos acadêmicos não entende a pesquisa como princípio educativo, bem como a maioria dos professores não a utiliza como metodologia de ensino. Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma ampliação das discussões e estudos sobre o tema e conduza a inovações metodológicas e à implementação de políticas que atendam às reais necessidades dos educandos.

Palavras-chave: Educação, Ensino-aprendizagem, percepção, pesquisa como princípio educativo.

1 Graduando em Ciências Sociais pela Unimontes. E-mail: figueiracunha1@hotmail.com

2 Pós-graduando em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Unimontes e graduada em Enfermagem. E-mail: tc.maia@yahoo.com.br

ABSTRACT

Learning from research is a process that aims to provoke discussion, it is challenging and involves the discussion of knowledge, building their arguments and their validation, where it does not appear constructive questioning, the property does not emerge education. The education proposal for the research discussed in this paper aims to describe the understanding of research students of Social Sciences of UNIMONTES and determine whether the research is used as an educational principle in the course. Since the combined education research facilitates the formation of scholars able to critically reflect and produce knowledge about the study area. It was a literature search, field, qualitative descriptive study using questionnaires. Could notice that most academics do not understand the research as an educational principle, as well as most teachers do not use it as a teaching methodology. It is hoped that this work will contribute to expansion of discussions and studies on the topic and lead to methodological innovations and implementation of policies that address the real needs of learners.

Keywords: Education, Teaching and learning, perception, research as an educational principle

Dicionário

INTRODUÇÃO

A concepção da pesquisa como princípio educativo possibilita a articulação da produção do conhecimento a uma concepção de educação, visto que não há educação em simplesmente assistir a aulas, tomar notas e ser avaliado no final do semestre. É costume de se ver no dia-a-dia uma proposta instrucionista, baseada no ensino, na instrução, no treina-

mento, isso não basta para educar.

È importante salientar que não se deve haver separação entre ensino e pesquisa. É preciso estimular a pesquisa como pedagogia, como modo de educar, e não apenas como construção técnica do conhecimento, sendo assim a pesquisa indica a necessidade da educação ser questionadora, do indivíduo saber pensar. Para tanto, ela deve estar presente desde a educação infantil para que as crianças tenham uma postura de questionamento até os mais altos níveis de pós-graduações.

Pesquisa pressupõe um questionamento acerca de um assunto, ao tentar resolver o problema o educando busca diferentes modos de solução, o que pode estimular nele a reflexão crítica da temática.

Para que essa forma de ensino se torne uma realidade, é preciso que todo professor seja cientista, mas o que muitas vezes ocorre na atualidade é que ele só atua como mero instrutor. Precisa-se lembrar que quem ensina deve pesquisar; quem pesquisa deve ensinar. Pesquisa não é só busca de conhecimento, mas atitude política. Compreendida como capacidade de elaboração própria, a pesquisa condensa-se numa multiplicidade de horizontes no contexto científico e deve aparecer em todo o trajeto educativo (FREIRE, 1996).

Diante do exposto surgiu o problema: A pesquisa é utilizada como princípio educativo no curso de Ciências Sociais da Unimontes? Sendo assim, realizou-se um estudo cujos objetivos foram descrever o entendimento de pesquisa dos acadêmicos do curso de Ciências Sociais e verificar se a pesquisa é utilizada como princípio educativo no curso. Uma vez que o ensino aliado à pesquisa possibilita a formação de acadêmicos capazes de refletir criticamente e produzirem conhecimento sobre a área em estudo, é de grande importância conhecer se há a inserção da pesquisa como princípio

educativo na percepção dos alunos do curso.

REVISÃO DE LITERATURA

A Educação engloba os processos de ensinar e aprender e ela é exercida nos diversos espaços de convívio social. A prática educativa formal ocorre de forma intencional e com objetivos determinados em estabelecimentos de ensino, como no caso das universidades.

As formas tradicionais de gerar o conhecimento vêm restaurando o debate sobre currículo e métodos de ensino/aprendizagem, trazendo novos requisitos a discussão pedagógica na Universidade.

Aquela educação cuja pedagogia era centrada na transmissão vertical do saber, na qual o educador era o detentor do saber e o educando mero espectador do conhecimento, está cada vez mais questionada. Considerar que o professor é o que sabe, pensa, tem voz ativa, enquanto os alunos nada sabem, pensam e são dóceis ouvintes, é um equívoco, pois segundo Freire (1981) a educação deve ser um encontro entre interlocutores, que procuram o poder da transformação, pois como afirma o mesmo autor “(...) ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado.” (1996, p.12).

É necessário repensar a educação guiada pela simples reprodução do conhecimento, estruturada na aula repassada pelo professor e copiada pelo aluno. aula que apenas repassa conhecimento, ou o estabelecimento de ensino que somente se define como socializador de conhecimento, não sai do ponto de partida e, na prática, atrapalha o aluno, porque o deixa como objeto de ensino e instrução. Nesse sentido, Demo (2000) questiona o poder transformador da educação, que se mantido nessa perspectiva, impede o cidadão da construção da sua própria história. Afirma ainda, que a educação não é só ensino, instrução, treino, mas, primeiramente, formação da autonomia crítica e

criativa do indivíduo.

A partir dessa visão dada por Freire e Demo, pode-se perceber a importância pedagógica da pesquisa para formação da capacidade de saber pensar, aprender a aprender, questionar. Aprender com pesquisa é um processo que visa provocar discussão, é desafiador, envolve a problematização do conhecimento, a construção de argumentos e sua respectiva validação, pois onde não aparece o questionamento construtivo, não emerge a propriedade educativa.

Demo (2000) acrescenta que educar pela pesquisa tem como a base fazer-se e refazer-se na e pela pesquisa e esse movimento é mantido pelo questionamento reconstrutivo, assim a pesquisa é incorporada como atitude cotidiana do professor e do aluno. Educar pela Pesquisa é também, estimular o educando a curiosidade pelo desconhecido, incentivá-lo a procurar respostas, a ter iniciativa, a compreender e iniciar a elaboração de suas próprias idéias. Nesse sentido, é também um desafio ao educador para modificar suas estratégias didáticas, (re)construir um projeto pedagógico próprio, (re)construir seus próprios textos científicos, (re)fazer material didático, aprimorando constantemente sua capacidade de educar.

A pesquisa é uma das condições metodológicas imprescindíveis para qualquer profissional em uma sociedade global, competitiva, complexa, pragmática, utilitarista, imediatista, pluralista, subjetiva, na qual existe uma saturação de informações fragmentadas e uma desvalorização da educação (LAMPERT, 2008).

Com isso, a mesma autora afirma que o ensino com pesquisa e para a pesquisa é uma das opções metodológicas que o professor poderá utilizar para reformular o processo de ensino sob uma ótica diferente, capaz de envolver tanto o professor quanto o aluno como sujeitos do processo e não

meramente objetos.

Na proposta de pesquisa como princípio educativo é imprescindível que a teoria esteja aliada à prática durante todo o processo, a pesquisa é o elo entre teoria/prática e ou vice versa; uma modifica e reformula a outra, e não se pode pensar em teoria acabada, imutável da mesma maneira que não há prática definitiva. Esse pensamento de Lampert (2008) comunga com o Freire (1996, p.32) em que ele afirma “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. (...) Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Esse processo todo exige mudanças paradigmáticas e metodológicas na condução dessa nova proposta de ensino-aprendizagem. Para articular a pesquisa como princípio educativo, necessita-se de reeducar; entender que os fenômenos do processo de ensinar-aprender são complexos; e aceitar que o ato de pesquisa inicia-se na sala de aula de qualquer nível de ensino.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de campo, qualitativa, descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários, sendo esse composto de cinco (05) questões abertas. Foram convidados a participar do estudo três (03) acadêmicos de cada período, sendo que o curso de Ciências Sociais da Unimontes é formado por oito (08) períodos, totalizou uma amostra de vinte e quatro (24) acadêmicos. Os questionários foram entregues aos educandos no início da segunda semana de abril de 2011, junto aos questionários estava anexado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido que elucidava aos participantes que haveria sigilo dos depoimentos, omitindo sua identificação. Foi dado a eles o

prazo de uma semana para respondê-los, sendo que no final desse prazo foram recebidos dezoito (18) questionários. A identificação dos participantes foi feita através das letras do alfabeto acompanhadas dos números relativas aos períodos que estavam cursando.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O universo foi composto de dezoito (18) acadêmicos do curso de Ciências Sociais, do primeiro ao sétimo período, excetuando o terceiro, que assim como o oitavo período não devolveram o questionário.

Após a análise foram identificados alguns temas que mais permearam o questionário, sendo eles: conceito de pesquisa na visão dos acadêmicos; o entendimento da aplicabilidade da pesquisa; o trabalho dos professores com pesquisa; a relação da pesquisa realizada pelos professores e a aprendizagem e a metodologia de ensino utilizada pelos professores.

CONCEITO DE PESQUISA NA VISÃO DOS ACADÊMICOS

A Pesquisa pode ser caracterizada como Científica e como Educativa. Gil (1987) conceitua Pesquisa Científica como aquela realizada com o objetivo de investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas, visando encontrar soluções para questões propostas. Já Demo (2003) conceitua a Pesquisa como um método que deve permear todo trajeto educativo, como princípio educativo, ou seja, a forma como a sociedade educa os indivíduos. Não a considerando apenas como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento.

No entanto, o que se pôde perceber é que a maioria dos acadêmicos entendem pesquisa de forma científica, investigativa, caracterizada por Gil(1987), como se pode observar nos relatos abaixo:

“Métodos analítico, que utiliza dados objetivando o entendimento de um problema” (B1)

“Coleta de dados somado ao desenvolvimento de raciocínio e uma sintetização de ambos por final.” (B2)

“Ir a campo e coletar dados úteis ao desenvolvimento de algum projeto.” (A4)

Apenas a minoria dos acadêmicos compreendem também a pesquisa como método educativo:

“Pesquisa é uma metodologia de ensino que tem por objetivo fazer análise/ leitura de determinada realidade.” (B4)

O entendimento da aplicabilidade da pesquisa

Lampert (2008) afirma que por meio da pesquisa, a pessoa pode perceber claramente as injustiças e diferenças sociais existentes na sociedade capitalista, tornando-a uma porta que se abre para descobrir o mundo. No entanto, como a maioria das pesquisas é efetuada para obtenção de um título, seus resultados são, na grande maioria, “engavetados”. A parcela menor das pesquisas que efetivamente favorece o desenvolvimento do país, lamentavelmente, atinge uma pequena parte da população.

“Como uma forma de retorno a sociedade”(A5)

“Algo que tenha significado após ser engavetado.” (B2)

“A pesquisa enriquece os conhecimentos científicos, além de aprimorar os conhecimentos sobre certo fato, desdobrando na intervenção de certa realidade.” (A6)

Apesar de fragmentado, pôde-se perceber que os acadêmicos têm uma visão de como deveria ser a aplicabilidade da pesquisa.

O trabalho dos professores com pesquisa

Freiberger e Berbel (2009) pontuam que os professores necessitam está capacitados a trabalhar de maneira a criar situações por meio das quais os educandos aprendam a gerenciar, a selecionar e a tratar as informações e os conhecimentos de forma competente e com significado. Assim, o desafio de utilizar a pesquisa como princípio educativo leva naturalmente a organizar o trabalho que será desenvolvido por eles de outra maneira.

“Sim, mas muito pouco. Isso acontece em algumas viagens técnicas ou projetos desenvolvidos dentro das disciplinas.” (C5)

“Só uma vez que a professora de TCC pediu um trabalho teórico sobre como se faz uma pesquisa.” (A2)

“Sim, através da compreensão das metodologias e da criação de trabalhos e projetos, como pesquisa.” (B4)

Segundo os participantes, pode-se observar que os poucos professores que trabalham com pesquisa, executa pesquisa científica e não educativa. O que pode ser confirmado no estudo de Lampert(2008) quando ele afirma que, com poucas exceções, a maioria dos professores, não estão preparados e/ou não possuem as condições necessárias e nem estão propensos a trabalhar o ensino com e para a pesquisa, uma vez que nem sempre possuem essa formação para a pesquisa e,

também, por haver uma sobrecarga de trabalho.

A relação da pesquisa realizada pelos professores e a aprendizagem

A pesquisa deve ser a função principal da universidade, tendo, dentre outras, o dever de ajudar a melhorar o ensino, principalmente utilizando a pesquisa como princípio educativo. É papel da universidade produzir o conhecimento e não, simplesmente, repassar e/ou reproduzi-lo advindo de outras áreas, conforme vem sendo feito por muitos séculos (LAMPERT, 2008).

“(...) por não haver professores com este tipo de trabalho (pesquisa) minha aprendizagem virou literatura” (B1)

“(...) os professores deveriam trabalhar com os alunos na prática e não só na teoria, assim deixando os alunos mais preparados para o mercado de trabalho.” (A2)

“Dentro da sala de aula existe apenas um monólogo, prevalecendo a soberania ditatorial do professor, sem proximidade e um diálogo verdadeiro, os alunos desestimulados vem desistindo cada vez mais do curso” (B2)

Pôde-se perceber quando se ensina com pesquisa, a aprendizagem dos alunos é muito mais eficiente e prazerosa do que com a simples transmissão vertical do saber:

“Foi bom para a metodologia da matéria e a aprendizagem foi totalmente diferente do que nas demais matérias.” (B5)

“Das vezes que pude ter esse tipo de experiência pude expandir muito meus conhecimentos.” (C5)

A metodologia de ensino utilizada pelos professores.

Demo(2003) descreve a pesquisa como caminho didático e investigativo, pelo qual a aprendizagem é pautada para a autonomia do educando. Defendem ainda que os sujeitos, quando trilham este caminho, atingem certa independência intelectual, pois aprendem a pensar por si, a (re)construir conhecimentos, uma vez que saem da condição de objeto para agir na condição de sujeito. Assim, a pesquisa se configura como uma experiência educativa e de emancipação.

O que foi observado é que apesar da maioria dos educandos não terem como conceito a pesquisa como educativa, quase sua totalidade reclamou da metodologia de ensino utilizada pela maioria dos professores, caracterizando-a como “bancária”, como se pode observar nos trechos:

“É uma metodologia mais teórica, varia de acordo com cada professor, uns preferem seminário, outros aula explicativas” (A2)

“A maioria das disciplinas não unem teoria e prática, ficando só na teoria” (A5)

“(...) sala de aula vendo teorias (...)” (A6)

O professor tem a responsabilidade de estimular o educando para que ele se torne um novo pesquisador, pois, “sem investigação, o ensino se reduz à reprodução” (LAMPERT, 2008. p.4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que faz da aprendizagem algo criativo é a pesquisa, porque a submete ao teste, à dúvida, ao desafio, desfazendo a

tendência reprodutiva. Reduzir o ensino à aula é reduzir a aprendizagem ao escutar. É necessário motivar o aluno a pesquisar, no sentido de fazer o seu próprio questionamento, para chegar à elaboração própria e de forma crítica. A pesquisa como princípio educativo é uma proposta metodológica inovadora, que tem repercussão na qualidade do ensino.

Diante do estudo pôde-se perceber que a maioria dos acadêmicos não entende a pesquisa como princípio educativo e que ela também não é utilizada pela maioria dos professores do curso como uma metodologia de ensino.

Esse resultado encontrado deve-se, provavelmente, a natureza/ características do curso, visto que visa formar, dentre outras possibilidades, pesquisador social, aplicador, planejador, assessor e consultor para políticas e programas sociais; além da formação do professor, pois como disse Lampert (2008) nem sempre o currículo permite ao docente trabalhar com pesquisa e há, geralmente, uma sobrecarga de trabalho por parte dos professores.

Portanto, a utilização do ensino pela pesquisa possibilita criar reais espaços para o acadêmico questionar, argumentar e escrever entrelaçando conteúdos e realidade, em uma proposta que visa à realização da aprendizagem com a qualidade formal e política. Espera-se que este trabalho contribua para uma ampliação das discussões e estudos sobre o tema, que conduzam a inovações metodológicas e à implementação de políticas que atendam às reais necessidades dos alunos e possibilitem aprendizagens significativas no contexto universitário.

REFERÊNCIAS

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 165 p. 1996.

_____ Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIBERGER, R.M., BERBEL, N.A.N. A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental. In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Paraná. 2009.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1987.

LAMERT, E. O ensino com pesquisa: realidade, desafios e perspectivas na universidade brasileira. Críticas, Brasília, v. 14, n. 26, p. 5-24, jan./jun. 2008.

Trabalho de Homem e Trabalho de Mulher: analisando a divisão de trabalho de gênero na pesca

ACYPRESTE, Izadora Pereira ¹

Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

Resumo : A atividade pesqueira não engloba o trabalho feminino e a percepção feminina é marginalizada dando espaço de domínio para percepção masculina que se torna pública e coletiva. Através da pesquisa feita por Regina Célia Di Ciommo em uma Reserva Extrativista marinha onde ela observou a divisão de trabalho de gênero, este artigo propõe analisar, através de revisão bibliográfica, as relações familiares que dominam as mulheres e como essas relações são socialmente construídas.

Palavras-chave: Gênero; Pescadoras; trabalho e comunidades tradicionais.

ABSTRACT

The fishing activity does not include women's work and the perception of women is giving marginalized space domain for male perception that becomes public and collective. Through research done by Regina Célia Di Ciommo in an Extractive Reserve Navy where she observed the gender division of labor, this article proposes to examine, through literature review, family relationships dominated by women and how these relationships are socially constructed.

Key-words: Gender; fishermen; work and traditional communities.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: iza_acypreste@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado originariamente como trabalho final da disciplina optativa Antropologia do Campesinato, oferecida pela professora Claudia Luz no segundo semestre de 2010. O objetivo era, individualmente, determinar um tema, selecionar algum texto através de pesquisa bibliográfica, podendo recorrer à internet, que tratasse de alguma comunidade tradicional e que estivesse relacionado ao tema escolhido, e, articulássemos as leituras feitas no decorrer da disciplina com o texto escolhido. Neste artigo o tema escolhido foi gênero e o texto escolhido foi o de Regina Célia Di Ciommo, *Pescadoras e Pescadores: A Questão da*

Equidade de Gênero em Uma Reserva Extrativista Marinha. Ela investigou, através do diagnóstico participativo com enfoque de gênero, como é realizada a divisão do trabalho em uma Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, localizada no sul da Bahia. A região é afetada pela pesca industrial intensa que passou a explorar os estoques marinhos locais sem respeitar os processos ecológicos e a biodiversidade e, pelo turismo que iniciou uma demanda que induziu a ocupação desordenada do solo sem que a infra-estrutura urbana acompanhasse o aumento dos efluentes domésticos e a produção do lixo, afetando os manguezais e as margens dos rios. A Reserva Extrativista Marinha (RESEX/Corumbau) foi criada com o intuito de proteger a região dos problemas causados pela pesca industrial e pelo turismo (Ciommo, 2007).

A pesquisa feita com enfoque de gênero é importante, pois, não raro, as pesquisas acadêmicas são feitas através do discurso público/masculino. Segundo Woortmann (1991) o espaço é percebido de maneira bipolar. Enquanto um é domínio do homem o outro é da mulher. O que Di Ciommo (2007) privilegia em seu trabalho é o espaço percebido pela mulher, sem, contudo, desprezar a percepção do homem sobre esse espaço.

Sabemos que historicamente as mulheres ocupam uma posição subalterna com relação à posição que o homem ocupa na estrutura social. Essa posição é ainda mais marcada em comunidades onde as relações familiares ainda são muito sólidas como no caso das comunidades tradicionais. Os pescadores artesanais são uma categoria profissional, espalhada pelo litoral, rios e lagos que vivem essencialmente da pesca, mas, em alguns casos, exercendo outras atividades econômicas. A pesca artesanal pode ser caracterizada pela pequena produção que serve uma parte para o consumo da própria família e outra para a comercialização (DIEGUES, 2001). O autor não considera a categoria pescadores uma população tradicional, entretanto, trataremos aqui a atividade pesqueira como tradicional considerando que nela existe a forte presença de certos códigos morais que norteiam os pescadores e pescadoras na prática de suas atividades de pesca e também um profundo conhecimento do ambiente, conhecimento este que é transmitido através das gerações. A pesca normalmente é vista como uma atividade exclusivamente masculina. O trabalho feminino não é considerado como parte da atividade pesqueira, mesmo sendo esta, crucial ao que engloba a atividade de pesca. Essa visão é predominante por fazer parte do discurso público que é construído através da percepção masculina, enquanto a percepção feminina se restringe ao privado.

Segundo Moura (1978) as atividades econômicas de uma comunidade tradicional são realizadas pela mão-de-obra familiar. Elas são divididas entre idade e sexo, e os componentes da família formam um conjunto na condição de trabalhadores. Há também uma divisão entre trabalho doméstico (privado) e o que é feito fora do âmbito doméstico (público). Essa divisão é utilizada para distinguir o trabalho feminino e o trabalho masculino. As atividades femininas realizadas dentro do âmbito doméstico são consideradas trabalho, entretanto, as realizadas fora são consideradas

ajuda. No caso, o trabalho feminino, nas comunidades pesqueiras, realizadas fora do âmbito doméstico não é considerado trabalho. E o que podemos observar nas comunidades pesqueiras é que as atividades femininas se materializam tanto no âmbito privado como no público.

Visto como o trabalho delinea o espaço feminino e masculino, há aqui a necessidade de uma pequena definição do que é trabalho.

O processo de trabalho faz-se por meio do trabalho. Essa afirmação seria de absoluta obviedade, se trabalho fosse um conceito auto-evidente. Mas não é. Trabalho é uma categoria cultural ou ideológica e tem múltiplos significados. É, de fato, uma categoria central da teia de significados que constitui a cultura camponesa aqui estudada e expressa uma ética. É uma categoria que não é pensada independentemente de outras, como terra, família e gênero. À diferença do que ocorre no universo de representações da produção moderna, trabalho não pode ser pensado em si, visto que é uma categoria moral (Woortmann, Woortmann, 1997, pag.134).

Dando continuidade ao pensamento dos autores citados acima, o trabalho marca os espaços femininos e masculinos, podemos dizer que o trabalho constrói os espaços de gênero.

TRABALHO DE HOMEM E TRABALHO DE MULHER

A RESEX Corumbau está a 800 km de distância da Capital Salvador e possui uma área marinha de 90.000ha e engloba um total de nove comunidades. Estas são Curuípe, Caraíva, Aldeia Indígena de Barra Velha, Corumbau, Veleiro, Barra do Cahy, Imbassuaba, Cumuruxatiba e Japara. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, por causa do turismo que está em fase de desenvolvimento no local e suas possíveis conseqüências sobre a população tradicional, aposta no modelo de gestão compartilhada que assegura a participação da população local.

Di Ciommo (2007) observa como o trabalho está di-

vidido na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau. Enquanto os homens estão em sua maioria vinculados culturalmente ao setor produtivo, relativo à produção de bens e serviços para o consumo ou a venda, a sociedade e a cultura atribuem à mulher o papel materno, que reforça os vínculos biológicos e é por eles reforçado, criando os significados simbólicos de proximidade da natureza. As mulheres estão vinculadas à reprodução, que inclui uma grande variedade de responsabilidades relativas ao bem-estar e sobrevivência da família mediante a manutenção do lar através de diversas tarefas, como coletar água e lenha nos ambientes rurais, preparar os alimentos, limpar e manter a casa e a horta, atender e educar as crianças, fazer compras, velar pela saúde da família. Especialmente as mães esforçam-se para conciliar as dimensões produtiva e reprodutiva, que são complementares, mas muitas vezes concorrentes e contraditórias, o que está na base da discriminação e das dificuldades econômicas das mulheres pobres e com filhos pequenos (DI CIOMMO, 2007, pag. 153).

Para a autora a variável gênero adiciona uma outra dimensão à análise dos ambientes naturais. Por isso a importância da participação feminina no processo de gestão compartilhada, entretanto, além dos motivos como a saúde das crianças, existem outros motivos ligados ao uso do tempo e ao difícil processo de negociação nas relações de poder entre homens e mulheres que dificulta mesmo a participação contínua das mulheres nos processos de gestão compartilhada. Tradicionalmente o papel da mulher é exercido na esfera doméstica, sendo o homem responsável pelos assuntos e relações exteriores à unidade doméstica. A dificuldade de obter a participação das mulheres nos processos de gestão compartilhada é devido ao papel da mulher dentro das relações familiares. Têm sido eficaz a participação ativa das mulheres na garantia de sucesso dos projetos de desenvolvimento sustentável da comunidade RESEX/Corumbau. Pois, segundo Di Ciommo (2007), mulheres e homens pos-

suem diferentes necessidades, percepções e realidades. A comunidade não é um grupo homogêneo.

Em sua pesquisa Di Ciommo (2007) promoveu encontros com os moradores durante os meses de novembro e dezembro de 2004. Foram utilizados recursos para obter informações sobre a “Divisão do Trabalho”, o “Uso do Tempo”, a “Análise de Acesso e Controle sobre Recursos, Serviços, Benefícios e Mobilidade” das comunidades da RESEX Corumbau. Ao contrário do que se esperava, houve uma maior participação feminina. Segundo a pesquisadora isso se deve à falta de informação adequada ou pelo fato de os homens terem interpretado essas reuniões como fórum de discussão de problemas considerados femininos. Na comunidade Cumuruxatiba foi divulgado que a reunião seria para conhecer melhor as condições de vida das famílias locais. Como resultado, apenas mulheres apareceram na reunião. Isso demonstra a existência de espaços femininos e masculinos demarcados.

Em algumas comunidades da RESEX Corumbau existe também o cultivo agrícola. Isso modifica a rotina de trabalho de homens e mulheres que, além da pesca têm que se dedicar à agricultura e, portanto, têm sua divisão de tarefas e uso do tempo diferenciados.

É importante saber também que, a mulher na maioria das vezes não exerce a captura diretamente do peixe, mas auxilia o marido na limpeza do peixe e também acompanha o marido na pescaria e enquanto o homem puxa a rede para o barco, ela é incumbida de catar os peixes da rede e dispô-los na caixa de gelo. Como condição de chefes do lar, cabe às mulheres também providenciarem os cuidados pessoais do marido na ida ao trabalho, arrumar seu lanche e separar um casaco para o caso de voltarem anoitecendo (VALÊNCIO; VENTURATO 2009). Foi o que Regina Célia de Di Ciommo (2007) concluiu, através da aplicação dos roteiros sobre a Divisão do Trabalho, que as atividades

produtivas ligadas à pesca, apesar de serem tradicionalmente masculinas, as mulheres estão muito envolvidas. As mulheres geralmente executam também atividades produtivas ligadas à pesca como a captura de crustáceos e moluscos. E o mais importante é que a questão da equidade de gênero está ligada à capacidade de produção de bens que possam gerar renda.

A grande maioria das mulheres não possui fontes de renda que lhes permita maior autonomia e decisão. Muitas mulheres possuem conhecimentos que possibilitam sua inclusão financeira através do trabalho com a pesca e com artesanato, e manifestaram o desejo de conseguir cursos de qualificação e aperfeiçoamento que lhes permitam ingressar em novas ocupações e principalmente beneficiar-se do afluxo de turistas. Os depoimentos coletados demonstraram o desejo das mulheres em obter remuneração para independência financeira e para auxiliar a família imediata e outros parentes (DI CIOMMO, 2007, pag. 161).

Se o trabalho masculino, no imaginário público, a pesca, é o que gera renda, a mulher estabelece uma relação de dependência com o marido. Não podemos ver aqui, uma relação de complementaridade entre os gêneros, as mulheres são apenas braços do homem, e a consequência disso é a relação de poder percebida por Di Ciommo (2007). Podemos ver nessa situação o mesmo que Ellen Woortmann (1991) observa em comunidades pesqueiras do Nordeste. A falta de espaço destinado a atividades femininas que produzam renda conduz a perda de respeito do homem para com elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente é um espaço socialmente apreendido e construído. Como ambiente construído, é uma ambiente “significado”, cujo uso social lhe atribui sentido (WOORTMANN,

1991). As mudanças ocorridas na comunidade, causadas pela pesca industrial e pelo crescimento do turismo, acarretou uma mudança no espaço social, também nas relações dos homens entre si e na relação das mulheres com os homens em função desse espaço.

A participação da comunidade nos processos de gestão compartilhada é muito importante devido ao fato deles serem os principais atingidos pelo “desenvolvimento” do lugar. Essas comunidades têm direitos sobre esse território, pois para o grupo a terra é um bem comum e eles possuem um sistema de saberes e relações tradicionais muito peculiares. Eles possuem vínculos afetivos com o território onde vivem. Tão importante quanto a gestão compartilhada é o incentivo à participação das mulheres nesse processo, pois, como já foi dito, assim é possível descobrir qual é a percepção das mulheres em uma sociedade onde essa percepção fica encoberta pela identidade pública/masculina.

Através desse enfoque de gênero foi possível constatar as necessidades femininas para com as atividades geradoras de renda e descobrir as relações familiares em que estão inseridas. E essa variável de gênero é essencial para a superação da subordinação da mulher e conseqüentemente para o sucesso das políticas de conservação e desenvolvimento sustentável da comunidade.

REFERÊNCIAS:

DI CIOMMO, Regina Célia. **Pescadoras e Pescadores: A Questão da Equidade de Gênero em Uma Reserva Extrativista Marinha**. Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia, Universidade Federal de São Carlos – UFS-Car, 2007.

HEREDIA, Beatriz M. E. **A Morada da Vida: trabalho**

familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Trabalho apresentado no SIMPÓSIO “NATUREZA E SOCIEDADE: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANTROPOLOGIA”, na 23a Reunião Brasileira de Antropologia, Gramados, RS, 19 de Junho de 2002.

MOURA, M. Margarida. **Os Herdeiros da Terra.** S. Paulo: Hucitec, 1978

SABERES tradicionais e biodiversidade no Brasil/organizado por Antonio Carlos Diegues e Rinaldo S.V. Arruda. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. xxx p. (Biodiversidade, 4).

VENTURATO, Raquel D. e VALENCIO, Norma F. L. da S. **Desafios do Modo de Vida da Pesca Artesanal em uma Região em Crescimento: A Comunidade de Tanquã, Piracicaba/ SP.**

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementariedade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades ‘pesqueiras’ do Nordeste.** *Série Antropologia*, 111. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 1991.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora UnB, 1997.

MEMÓRIA DE VELHOS, COMPREENSÃO DO PASSADO NO PRESENTE

DE OLIVEIRA, Juliana Queiroz Mota¹

PALES, Raíssa Cota²

Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de memória a partir de Bosi³ (1998), buscando traçar um paralelo com o estudo de Fonseca⁴ (2008) no que se refere à utilização da memória dos indivíduos mais velhos para tratar do tema moral na comunidade Quilombola de Agreste, situado no município de São João da Ponte - MG.

Palavras - chave: Memória, Moral.

MEMORY OF OLD, UNDERSTANDING THE PAST IN THE PRESENT

ABSTRACT

This article aims to discuss the concept of memory from Bosi (1998), also seeks to draw a parallel with the study by Fonseca (2008) regarding the use of the memory of older individuals to address the issue in moral Quilombola community in Agreste, located in the city of São João da Ponte - MG.

1 Acadêmica do 6º período do curso Ciências Sociais, noturno, da Unimontes 2006. Trabalho apresentado como requisito de avaliação da disciplina antropologia: pop. tradicionais, ministrada pela profª. Andréa Narciso.

2 Acadêmica do 6º período do curso Ciências Sociais, noturno, da Unimontes 2006. Trabalho apresentado como requisito de avaliação da disciplina antropologia: pop. tradicionais, ministrada pela profª. Andréa Narciso.

3 Vide Ecléa Bosi. Memória e sociedade – Lembrança de velhos (1998).

4 Vide etnografia da moral em Agreste e análise desenvolvida por FONSECA (2008).

Keywords: Memory, Moral

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de Bosi (1998) consiste em colher memória de velhos, e para tanto, no seu estudo a autora formou um vínculo de amizade e confiança com os recordadores, que tinham em comum a idade superior a 70 anos e que moravam na cidade de São Paulo. Sua obra começa pela reflexão geral do tema memória, depois procura entender a função da memória na velhice, em seguida, transcreve a entrevista com as oito pessoas e por fim faz uma análise dos resultados, sustentada por amarrações teóricas. Fonseca (2008) toma como objeto de estudo a moral e os códigos de conduta que fundamentam a vida social na comunidade quilombola de Agreste⁵. Para tanto fez uma discussão teórica sobre o conceito de moral, que é a base para as análises ao longo do seu trabalho, que se fundamenta nos dados etnográficos, apresentando as transformações e atualizações na configuração da ordem moral de Agreste no decorrer de sua história. Segundo o autor, essa transformação foi decorrente do processo de expropriação das terras da comunidade e do processo de modernização. Assim como Bosi (1998), Fonseca (2008) estabeleceu durante seu trabalho de campo uma relação de afinidade e confiança com os moradores para apreender a realidade daquela comunidade.

2. MEMÓRIA, CONSERVAÇÃO DO PASSADO

Para analisar o conceito de memória, Bosi (1998) se vale das ideias de Bergson e Halbwachs. Bergson entende que a memória está sempre em contato com o nosso presente, interferindo nas nossas percepções atuais. Nessa perspectiva, Bosi pontua que a memória

(...) permite a relação do corpo presente com o passado

5 Trecho extraído da monografia de FONSECA (2008).

e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando todo o espaço da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI. 1998, p. 46).

A autora aponta também a existência de duas memórias, a memória-hábito e a lembrança pura. A memória-hábito “adquire-se pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras” (BOSI, 1998, p. 49). É um hábito que se adquire por repetir inúmeras vezes ao longo da vida determinados gestos, costumes e etc.

A lembrança pura quando se atualiza na imagem-lembrança, desloca para o presente, quando evocado, um momento definido, especial. Bosi ressalta que a lembrança pura “traz à tona um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória” (BOSI, 1998, p. 49).

A autora argumenta que o que de mais relevante no trabalho de Bergson será utilizado por ela como elemento norteador de seu trabalho, é o princípio central da memória como conservação do passado, sobrevivendo no espírito de cada ser humano, evocado pelo presente através das lembranças ou no seu estado inconsciente.

Através de Halbwachs, Bosi, revela o caráter “(...) livre, espontâneo, quase onírico da memória [...] ressaltando que na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1998, p. 55). Esse trabalho da memória só é feito quando alguém os solicita, ou quando a situação pede.

O ato de lembrar situações do passado, como se davam as relações entre pai e filho ou as relações de trabalho, por exemplo, quando resgatados pela memória no presente pode se dizer que essas lembranças estão contaminadas com uma carga de experiências e vivências de vida que dão outras percepções aos acontecimentos. A esse respeito Bosi argumenta que por

(...) mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1998, p. 55).

A lembrança como conservação total do passado, como aponta Bergson, só seria possível se o recordador mantivesse inalterado o sistema de representações, os hábitos e as relações sociais de sua infância. Nesse contexto, Halbwachs relaciona a “(...) memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é memória coletiva de cada sociedade” (BOSI, 1998, p. 55).

Bosi identifica a função do velho e compara com o modo de lembrar do homem adulto e do velho. Para o adulto lembrar seria a hora do lazer, do relaxamento do espírito, é como se o passado fosse um sonho. “Em suma: para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação” (BOSI, 1998, p. 60). Um velho se encontra em outra situação, ele já viveu sua vida, ao lembrar “(...) ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da vida” (BOSI, 1998, p. 60).

Há um momento na vida de um homem que ele deixa de ser ativo na sociedade, e lhe resta a função social de lembrar, e

lembrar bem; ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade.

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles a receberam mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. (HALBWACHS, citado por BOSI, 1998, p. 63)

3. A MORAL CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA MEMÓRIA

Fonseca ao estudar o sistema moral do quilombo de Agreste, organiza seu trabalho monográfico em dois tempos históricos, o tempo da terra livre (passado) e o tempo da terra presa (presente). A construção do sistema moral que fundamentava a vida social coletiva da comunidade no passado se constitui a partir da interpretação da memória relatada pelos membros mais velhos da comunidade. A bagagem de vivências desses anciãos que no presente relataram e interpretaram a organização social agrestina do passado e do presente se mostram como elemento fundamental nos estudos de Fonseca.

Em sua pesquisa de campo, Fonseca (2008) ficou hospedado na casa de um dos moradores mais velhos da comunidade agrestina, seu Zé Nunes, que no decorrer de seu trabalho tornou-se um de seus principais informantes.

Para explicar o processo histórico da comunidade de Agreste, Fonseca (2008) começa pontuando como se constitui Agreste, valendo-se das considerações feitas por Néri (2008) e dos relatos de seu Zé Nunes. As terras na região de Agreste⁶ eram

6 Segundo Néri (2008) o nome original da comunidade era “Gandu” e com a chegada dos baianos passou a ser chamada de Agreste, dado à semelhança com as condições ecológicas da zona do Agreste nordestino.

terras de “ausente” e quem se interessasse em permanecer na comunidade tinha a permissão. Seu Zé Nunes, descendente de uma das fundadoras da comunidade relata:

Esse povo é tudo Gorutubano (...) o que eu sei é o seguinte: Meu avô, esse Joaquim Rio Verde, o Zuino, a Maria Martins de Castro é tudo de lá, não são daqui não! Minha vó também, esse povo é tudo de lá. Quando eles chegaram aqui de Catuni um lugar que tem pra cima de Janaúba. ⁷ (Zé Nunes, morador de Agreste, citado por FONSECA, 2008, p. 34).

Através da memória dos mais velhos da comunidade, Fonseca identificou elementos do sistema moral de Agreste na sua formação, por volta de 100 anos atrás até a chegada dos agrimensores, em meados da década de 1930.

Para apreender as transformações ocorridas em relação a terra (terra livre e terra presa), trabalho e família, Fonseca (2008) também recorreu aos relatos dos moradores mais velhos de Agreste.

Um morador de Agreste, a respeito do tempo da terra livre ou “terras de ausente”, coloca que

Há algum tempo tinha liberdade porque a terra era em comum. Você podia fazer uma casa no terreiro da casa do outro ninguém falava nada, você podia fazer uma roça, ninguém falava nada, você podia tirar a madeira que você quisesse aí no mato, em qualquer lugar aí, ninguém falava nada. (Zé Nunes, morador de Agreste, 2007, citado por FONSECA, 2008, p. 35).

Buscando apreender a relação de trabalho no tempo antigo em Agreste, Fonseca utiliza dos relatos dos mais velhos para descrever esse sistema. O pai era quem cuidava da

⁷ Trecho extraído de entrevista realizada por Renato Aquino Néri durante a pesquisa de campo (NERI, 2008).

roça, apesar de em certas circunstâncias a esposa e o filho também o ajudavam, mas sempre sob as ordens do pai.

Antigamente os meninos já cresciam assim. Na idade de oito anos os pais pegavam aquelas enxadinhas dos cabinhos pequenos e ensinavam a gente a trabalhar desde pequenininho. Todo mundo trabalhava plantando uma roça e as mães, que ficavam em casa, ensinavam os filhos a trabalhar. Os pais saíam para o serviço e as mães ficavam cuidando das roças, e colocava os meninos para ajudar. (Dona Polina, moradora de Agreste, 2007, citada por FONSECA, 2008, p. 37).

Em Agreste “(...) o sentido de honra e hierarquia estava relacionado à capacidade do pai ter domínio sobre todo o processo produtivo organizando o trabalho da família, no sentido de assegurar o necessário para a sua reprodução”⁸. Nesse contexto “Vê-se, então, que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família (...)” (WOORTMANN, 1990, citado por FONSECA, 2008, p.37). A família seguia uma hierarquia, com deveres específicos para o homem e para a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, Bosi (1998) faz considerações quanto a relevância da memória dos velhos para a constituição de uma memória coletiva de uma sociedade. A autora constitui a memória como elemento que se significa na conservação do passado no presente. Ela faz referência a memória dos velhos como um dos principais instrumentos recordadores de tempos antigos. Tais argumentos puderam ser identificados nos estudos de Fonseca (2008) quando este utiliza os relatos dos velhos da comunidade pesquisada para compreender as concepções de ordem moral que fundamentam a vida social comunitária. Durante todo o trabalho o autor utiliza da

⁸ Trecho extraído de entrevista realizada por Graziano Leal Fonseca durante a pesquisa de campo (FONSECA, 2008).

memória dos velhos para criar um banco de dados das relações sociais dentro da comunidade estabelecidas nos tempos passados o que o possibilitou apreender o sistema moral agrestino em momentos diferentes de sua história.

REFERÊNCIAS:

BOSI, Ecléa. Os trabalhos da memória. In: _____. *Memória e Sociedade*– lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras. 1998. p. 17-33.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. In: _____. *Memória e Sociedade*– lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras. 1998. p. 37-70.

FONSECA, Graziano Leal. *Moral e códigos de conduta na comunidade quilombola de Agreste*. Montes Claros, 2008. Monografia (Graduação: Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

ANTROPOLOGIA E CINEMA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

COSTA, Pedro Henrique Mourthé de Araújo¹

Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

RESUMO

Neste artigo procuro discutir sobre a relação entre a Antropologia e o Cinema na consolidação da Antropologia Visual e fazer algumas breves considerações sobre o lugar da imagem na pesquisa antropológica.

ABSTRACT

In this paper I discuss the relationship between anthropology and Cinema in the consolidation of Visual Anthropology and make some brief remarks on the place of the image in anthropological research.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia Visual, Cinema , Imagem, Narrativa

Este trabalho tem como objetivo abordar a relação entre Cinema e Antropologia, evidenciando assim a proximidade das duas áreas e mostrando que a construção da linguagem audiovisual ocorreu ao mesmo tempo que a consolidação da etnografia clássica. Após a discutir sobre o processo de construção simultâneo das duas áreas do conhecimento, faço algumas considerações sobre a utilização da imagem no âmbito da pesquisa antropológica. Com isso não tenho como pretensões, fazer uma abordagem metodológica e muito menos dar conta de explorar os diversos usos da ima-

¹ Acadêmico do 8º período de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros.

gem na Antropologia, mas sim, situar o leitor no assunto a partir de algumas considerações.

O debate da constituição de um campo da disciplina antropológica na área da imagem já vem acontecendo há vários anos. Expressões como “Antropologia Visual”, “Antropologia da Imagem”, “Antropologia do Audiovisual” dentre outras, estão no caminho daqueles que buscam utilizar a imagem² (fotografia, cinema ou vídeo) como ferramenta metodológica da prática antropológica.

(...) a imagem pensada como artefato cultural e por isso passível de se transformar em objeto da antropologia; a linguagem audiovisual como um caminho possível para elaboração e divulgação dos resultados de pesquisa, constituindo-se em alternativa à etnografia clássica; e ainda a utilização do debate em torno da imagem, realizada em qualquer um desses casos, como subsídio para uma discussão epistemológica da prática antropológica. (BARBOSA, ; CUNHA, 2006, pg.7)

É importante ressaltar, que a história da construção da linguagem fotográfica e cinematográfica se desenvolveu paralelamente à elaboração dos métodos clássicos da antropologia. Se em um primeiro momento a fotografia e o cinema foram constituídos como invenções inseridas na lógica racionalista e da crença na potencialidade da modernidade como solução para o desenvolvimento humano, no final do século XIX ela também já era utilizada para encantar e maravilhar homens, apresentando uma preocupação com a narrativa.

Nesta perspectiva os autores afirmam que,

ao lado dos filmes que mostram cenas em tempo real,

2 As imagens como bem observou Mitchell (1986) podem ser de vários tipos : gráficas (como as pinturas, as estátuas e os desenhos); óticas (como os reflexos no espelho e as projeções); perceptivas (como as aparências); mentais (como os sonhos, as memórias, as idéias); verbais (como as metáforas e descrições). Neste artigo não pretendo aprofundar a discussão a respeito dos tipos de imagem, entretanto achei pertinente aqui exemplificar a abrangência do termo.

como os de paisagens e cenas do cotidiano, trens chegando em estações, crianças sendo alimentadas, também eram produzidos filmes que reproduziam números de magia, encenações de contos populares e de contos de fada, estes exigindo uma elaboração narrativa que fugia à consideração do cinema como mero dispositivo de registro documental.” (BARBOSA, ; CUNHA, 2006, p.15)

O mesmo processo ocorre com a antropologia, que desenvolveu uma metodologia que permite a comunicação e produção do conhecimento do “outro”. Os costumes “estranhos” ou “selvagens” tornam-se pouco a pouco familiares, já que são compreensíveis. Suas atitudes não são apenas do mundo da natureza, mas profundamente humanas, posto que investidas de sentido, de uma lógica própria, e referenciadas a um universo simbólico compartilhado.

Segundo (PIAULT, 1992 2005 *apud* RIBEIRO, 2005) o objeto da antropologia e do cinema situava-se sobretudo em sociedades, geográfica, física, material e culturalmente distante das nossas. Ainda segundo o autor “Se a viagem entre os continentes permitia alcançar a visão efêmera do outro, a fotografia e depois a câmera cinematográfica tornaram possível armazenar essas visões”.

Os trabalhos pioneiros de Franz Boas, realizados nos Estados Unidos (*The Central Eskimo*, 1888) e de Bronislaw Malinowski, realizado nas ilhas Trobriand, na Oceania (*Argonautas do Pacífico Ocidental*, 1922) são exemplos deste momento. A partir da década de 30/40 outros antropólogos como Margaret Mead e Gregory Bateson, usaram recursos visuais em suas pesquisas de campo na ilha vulcânica de Bali, apresentado no livro “*Balinese Character : A Photographic Analysis*”, em 1942, sendo este considerado um marco na história da Antropologia Visual. Posteriormente também é conveniente citar os filmes do Antropólogo-Cineasta Jean Rouch, *Cronique d’ um eté*, 1960 e *Moi, um noir*, 1958

e o trabalho de Dominique Gallois e Vicent Carelli , *A arca dos Zoé*³ ,1993, este demonstra a utilização do vídeo como uma ferramenta de comunicação intercultural mediada.

Em relação ao cinema, é possível citar as experiências de realização filmicas vinculadas a contextos etnográficos de Edward Curtis, que fotografou índios americanos por mais de 30 anos e fez um filme épico sobre os Kwakiutl, *In the Land of the Head Hunter* (1914), remontado como *In the Land of the War Canoes* (1973), as filmagens do médico Félix-Louis Regnault⁴, que filmou uma mulher ouolve(corrigrir), enquanto a mesma fabrica potes de cerâmica durante uma exposição sobre África Ocidental em Paris (REYNA), o clássico filme sobre os esquimós *Nannok of the North* (1922) dentre outros. No Brasil podemos citar as filmagens feitas pelo major Luiz Thomaz Reis, Rituais e festas Bororo (1917), feito a partir da Seção de Cinematografia e Fotografia da Comissão Rondon, demonstrando grande interesse etnográfico.

Para ilustrar essa relação entre Antropologia e o Cinema é interessante analisar a relação entre Flaherty e Malinowski. Em seu método chamado de “presente etnográfico”, Malinowski chama atenção para o isolamento do pesquisador em determinado grupo no tempo e espaço, onde este, mergulhando nessa realidade consegue perceber e compreender o funcionamento da realidade a partir da sua totalidade.

Segundo (BARBOSA; CUNHA, 2006) tanto Flaherty como Malinowski estavam interessados em um modo particular de ver e reconstruir a realidade tratada : uma representação estável em termos de tempo e espaço e abordadas pudessem colocar em risco a permanência da especificidade desses povos. Tanto o trabalho de campo quanto imagem

3 É possível ter acesso a ele em algumas videotecas universitárias ou diretamente com o Projeto Vídeo nas Aldeias www.videonasaldeias.org.br

4 Regnault , autor do primeiro filme etnográfico, proclamou, várias vezes, o interesse do cinema para a etnografia, chegando até propor a criação de museus audiovisuais de etnografia, associando as fontes do cinema e do fonógrafo.

totalizante é único dessas sociedades, além de serem narrativas contundentes e realistas. Enquanto Malinowski procurou retratar o ponto de vista do nativo trobriandês já Flaherty descreveu o mundo dos Inut a partir Nanook.⁵

Após situar minimamente a relação entre a Antropologia e o Cinema, julgo pertinente fazer uma breve discussão sobre o lugar da imagem na pesquisa antropológica.

Quando fazemos uma reflexão sobre qual o lugar da imagem na pesquisa antropológica, nos remetemos a ela como método ou técnica adotados no campo, dado bruto de pesquisa ou e ainda, a imagem ou narrativas visuais e audiovisuais, como objeto de análise para antropologia. No âmbito da pesquisa de campo a imagem pode dar a pesquisa um caráter “realista”, sendo uma forma comprobatória da presença do antropólogo em campo e auxiliando nas duas descrições etnográficas e descrições visuais.

Para a antropóloga Sylvia Caiuby Novas “ a análise de filmes e vídeos permite outra entrada na história cultural de grupos sociais, bem como um melhor entendimento dos processos de mudança social, do impacto do colonialismo e da dinâmica das relações interculturais”.

Segundo (REYNA *apud* PIAULT, 1944, p.63) para a antropologia, o cinema e os diversos métodos audiovisuais são tanto instrumentos de observação, instrumentos de transcrição e interpretação de realidades sociais diferentes quanto instrumentos para ilustração e difusão de pesquisas.

Sendo que a primeira diz respeito a uma ampla gama de investigações que envolvem o audiovisual como ferramenta de pesquisa nos fenômenos culturais. A segunda, ao grande interesse pelos filmes antropológicos – e à produção destes – na utilização em salas de aula e outros auditórios. Esses usos conferem ao

cinema antropológico ou á antropologia visual uma constituição sem a robustez de outras disciplinas das ciências humanas.

As imagens captadas no processo de pesquisa também podem ser utilizadas como um ponto de partida para reflexões conjuntas sobre determinados contextos e situações, podendo ser incluídas no processo final de apresentação dos resultados da pesquisa ou em teses, artigos etc. Nesse caso, podemos citar como exemplo a devolução do trabalho do antropólogo aos grupos pesquisados. Isso pode ser feito através de vídeos e fotografias, sendo um importante processo de reflexão, onde os próprios sujeitos podem ver a si mesmos e melhor compreenderem o imaginário individual e coletivo. “Imagens fotográficas, filmicas e, mais recentemente, videográficas, retratam a história visual de uma sociedade, expressam situações significativas, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais e aprofundam a compreensão de expressões estéticas e artísticas”. (BARBOSA ; CUNHA, 2006, p.53), ainda segundo os autores os trabalhos antropológicos que lidam com a análise da imagem nessa perspectiva lidam também com o cruzamento de olhares : o do autor das imagens, o do sujeito da imagem e o do próprio pesquisador. E é nesse cruzamento de intencionalidades que reside a possibilidade de pensar a imagem como um objeto fértil para a reflexão antropológica.

Para finalizar este trabalho, cabe aqui uma reflexão sobre as questões suscitadas durante o artigo. Penso que ao dedicar-se a estudar a alteridade, a Antropologia se torna como discutido por (BARBOSA ; CUNHA, 2006) “aberta a variações no processo de construção do conhecimento”, dessa forma, vejo o desenvolvimento da Antropologia Visual como uma forma de pensar e inventar o mundo, do mesmo modo, o Cinema constrói, interpreta e inventa realidades e conhecimentos através de suas representações. Nesta perspectiva, para os dois autores abordados neste trabalho,

a inventividade sempre esteve presente, e a incorporação da imagem, seja ela fotográfica ou em movimento, ao processo de construção da prática antropológica constitui, assim, não mera questão de método, mas sobretudo uma questão epistemológica. Não se trata, portanto, de um novo meio para simplesmente produzir dados de pesquisa ou estabelecer contatos e vínculos no campo, mas de propor, a partir da inclusão da imagem, novas questões e novos problemas. (BARBOSA ; CUNHA, 2006, p.60)

Desse modo indico ao leitor que assista os filmes que foram comentados ao longo do texto para poder perceber as questões apontadas ao longo deste artigo, como também muitas outras que emergem devido ao fato do caráter polissêmico da imagem. Com isso a imagem pode acrescentar novas dimensões as interpretações realizados na pesquisa, sejam elas históricas, culturais ou sociais, permitindo assim o aumento da compreensão do universo simbólico e das possibilidades de análise do visível.

REFERÊNCIAS

BARBOSA ; CUNHA, Andréa , Edgar Teodoro. **Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed. 2006.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Método, objeto de pesquisa ou forma de expressão?** In : O fotográfico. Etienne Samain (org) , São Paulo : Senac, 2005.

RIBEIRO, José da Silva. **Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação**. In : Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2005, v.48 N° 2.

REYNA, Carlos P. **Cinema e Antropologia : Algumas considerações metodológicas, epistemológicas, encontros & desencontros**. 2002, (mimeo).

PERCEPÇÕES SOBRE O SETOR INFORMAL

SILVA, Priscila Raposo¹

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

RESUMO

É conhecido que o homem tem direito ao trabalho, e também, a ter condições favoráveis de emprego, possuir uma remuneração que assegure o seu bem estar e também de sua família, sem que haja qualquer tipo de distinção, seja de cor, sexo, raça, etc. Mas muitas vezes, a relação homem-trabalho, não esta sendo respeitada. Isto posto, neste artigo será feita uma reflexão conceitual na área sociológica sobre o setor informal, com destaque para o conceito de setor informal, a relação entre a informalidade e ilegalidade e os enfoques sobre este setor, na literatura brasileira.

Palavras-Chave: setor informal, ilegalidade, estratégia de sobrevivência, alternativa de vida.

ABSTRACT

It is knowing that man has the right to work, and also to have favorable conditions of employment, have a remuneration that ensures their well being and also his family, without distinction of any kind, either color, sex, race , etc.. But often the relationship between man and work, not being respected. That said, this article will be a sociological conceptual thinking in the area on the informal sector, especially the concept of the informal sector, the relationship between informality and illegality and focuses on this sector in the Brazilian literature.

¹ Priscila Raposo Silva é acadêmica do curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Montes Claros.

Keywords: informal sector, illegality, survival strategy, alternative lifestyle.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o mercado de trabalho, é dividido entre aqueles que oferecem emprego e aqueles que procuram emprego. A procura por trabalho esta cada dia maior, fazendo com que exista uma concorrência forte, conseqüentemente a subordinação dos menos favorecidos. Esta subordinação esta muitas vezes ligada ao setor informal do mercado de trabalho, pois não há exigência de grande qualificação para o exercício de atividades informais, tais como o comércio de rua ou ambulante, pequenas unidades produtivas urbanas, prestação de serviços, entre outras. Um dos fatores das origens da informalidade, esta ligado ao excedente da mão-de-obra do setor formal. Assim, nesta nova era do capitalismo, percebe-se o crescimento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho em vários países. Sendo que este “fenômeno” do desemprego e da precarização das condições de trabalho, podem facilmente ser observados.

2. O Conceito de Setor Informal

O mundo do trabalho viveu como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas. De um lado verificou-se uma transformação do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. E por outro lado, efetivou-se uma significativa transformação do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc. E como conseqüência destas transformações ocorridas nos processos produtivos, com aparecimento de novas formas de trabalho precário, que se viu expandir as atividades ligadas à economia informal, conseqüentemente o aumento

da informalidade no trabalho, que passam a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores que se encontram excluídos, pelos mais diversos motivos, do mercado formal de trabalho.

Assim, constitui o setor informal, os trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público. Sendo que, a informalidade aparece como um elemento que reforça o aumento da precarização do trabalho, já que com a reestruturação produtiva capitalista, acarretou vários desempregos, onde os trabalhadores se viram obrigados a sujeitarem a condições cada vez mais precárias, ou seja, “o informal está associado com a condição de trabalho precário, processo segmentado de produção ou de prestação de serviços, mantendo-se posição de subordinação em relação ao sistema formal de produção”. (FERREIRA, 2007, p.28)

De acordo Silva (2001), o uso da expressão “setor informal” suas origens nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego de 1972. Esta expressão foi utilizada pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e Quênia, na África, já que nestes países, constatou-se que o maior problema naquele país não era o desemprego, mas sim um grande contingente de trabalhadores vivendo de atividades econômicas consideradas à margem da lei e desprovidas de regulamentação pelas autoridades públicas. E, posteriormente segundo Jakobsen (1996), outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como “setor não-estruturado”, “setor não organizado” ou “setor não protegido”, revelando a existência de divergências conceituais para a definição dessas ocupações.

Ainda de acordo este autor, a definição operacional de setor informal segundo a OIT contidos na Recomendação aprovada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho,

em 1993, compreende-se as seguintes categorias, além de acrescentar o segmento “assalariados sem carteira de trabalho assinada”: 1) Assalariados em empresas com até cinco empregados: a) com carteira assinada, b) sem carteira assinada; 2) Assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados; 3) Empregadores em empresas com até cinco empregados; 4) Donos de negócio familiar; 5) Autônomos: a) que trabalham para o público, b) que trabalham para empresas; 6) Empregados domésticos; 7) Trabalhadores familiares.

E ainda, cabe salientar as definições dessas categorias. O assalariado é o trabalhador que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa, sob forma de salário, ordenado ou soldo, podendo incluir adicionais por tempo de serviço, cargos de chefia, insalubridade e periculosidade. Em alguns casos, a remuneração pode estar composta por duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho, e outra variável, sob a forma de comissão que pode ser paga pelo empregador, pelo cliente ou por ambos. Inclui também o indivíduo que presta serviço religioso, assistencial ou militar obrigatório com alguma remuneração. O que se pode observar, é que algumas empresas apesar de fazerem uso de mão-de-obra assalariada, possuem algumas peculiaridades que justificam a sua inclusão na categoria dos informais. O assalariamento muitas vezes convive com jornadas de trabalho não reguladas pela lei, sendo os salários abaixo do verificado nas grandes empresas, e a falta da carteira assinada.

O autônomo ou por conta própria, explora seu próprio negócio ou ofício e presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s). Subdividindo em: 1) autônomo para empresa, onde é o indivíduo que trabalha por conta própria exclusivamente para

determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente, nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar e ter ou não ajudantes). E, 2) autônomo para o público, onde é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem usar a intermediação de uma empresa ou pessoa. Podem-se enquadrar os ambulantes, encanadores, pedreiros, pintores, etc.

Um exemplo bem comum são os camelôs. Estes oferecem mercadorias das mais diversas procedências (industrializadas ou não, contrabandeadas, nacionais ou importadas), realizando geralmente estas atividades em barracas instaladas em locais públicos nas áreas centrais das cidades. O motivo mais comum, pela escolha da profissão, é que se tivessem que arcar com as despesas tributárias exigidas para a legalização dos seus empreendimentos, se fossem obrigados a pagar os impostos devidos pela compra e venda das mercadorias, ficariam impedidos de se estabelecerem.

Outra categoria é o empregador. Este é identificado como a pessoa proprietária de um negócio e/ou empresa ou que exerce uma profissão ou ofício e tem normalmente um ou mais empregados assalariados, contratado(s) de forma permanente. Destaca-se também o dono de negócio familiar. É o indivíduo dono de um negócio ou de uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes e que nunca trabalha sozinho. Normalmente, neste tipo de negócio, só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, podendo, porém, haver situações nas quais trabalham um ou dois empregados de forma permanente e

remunerada.

Os empregos domésticos também se encaixam na categoria informal. O empregado doméstico é o indivíduo que trabalha em casa de família, contratado para realizar serviços domésticos. Pode ser mensalista ou diarista. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal e o segundo à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia. E por fim, o trabalhador familiar, que é a pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios ou no trabalho de parentes sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada.

O setor informal, apesar de suas inúmeras variações, continua sendo associado com a condição de trabalho precário, em um processo segmentado de produção ou de prestação de serviços, se mantendo numa posição de subordinação em relação ao sistema formal de produção. É principalmente diante da concepção de que “trabalho formal” é ter a “carteira assinada”, em contraposição ao setor informal, onde não há a regulamentação do trabalho.

2.1- Informalidade e ilegalidade

As noções de “formalidade” e “informalidade” foram pouco a pouco sendo construídas na época de Getúlio Vargas, quando um amplo código de leis do trabalho foi estabelecido. Houve um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado, sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos.

Para se compreender a noção de “informalidade”, é preciso entender também o de “formalidade”. O entendimento destas expressões se dá através da ordem jurídica. Segundo Ferreira (2007), o que distingue o setor formal e informal, é a idéia de que o setor informal é formado por atividades econômicas executadas à margem da legislação. Daí se tem

a concepção, que se realizam em mercados não regulamentados, que estão fora da lei. Ou seja, os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada, são informais, já que o setor formal e se define como aqueles que apresentam vínculo evidente de contrato de trabalho, ou seja, os funcionários públicos estatutários, militares e trabalhadores com carteira assinada.

Assim, Noronha(2003) destaca algumas tendências, para se entender a relação entre informalidade e ilegalidade- já que aquilo que não esta enquadrado dentro da legislação, se torna ilegal. Assim ele faz uma oposição contrastante de conceitos, nos quais são percebidos os contratos de trabalho:

(...) formal/informal na perspectiva dos economistas, que vinculam a informalidade ao subemprego e atividades periféricas não rentáveis; 2) o justo/injusto na concepção da opinião pública, que concebe a formalidade apenas para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada; 3) a oposição legal/ilegal do ponto de vista dos juristas, que adotam a fórmula da legalidade/ilegalidade. Para eles, “não há contratos formais ou informais, mas apenas legais ou ilegais” (NORONHA, 2003, apud FERREIRA, 2007, p. 35).

Desta forma, estas idéias do autor ligadas ao setor informal, derivam de ordem jurídica que associa o trabalho informal à inexistência da carteira assinada. Onde muitos consideram que os contratos legais, ou seja, com registro em carteira, opõem-se aos informais, já que estes não possuem registro. Segundo Ferreira (2007), a inexistência de regulamentação jurídica do setor informal, gera conseqüências aos integrantes deste setor de trabalho, pois os mesmos não são beneficiados pela legislação trabalhista, ficando isentos de encargos sociais, boas condições de trabalhos, salários, etc.; estes que estão presentes no setor formal.

Segundo a legislação do trabalho citada por Ferrari (1998),

algumas condições do trabalhador seriam: salário mínimo capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador, trabalho não excedente de oito horas, férias anuais remuneradas, indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, 13º salário, PIS/PASEP, FGTS, aposentadoria, etc. São garantias, de possuir meios lícitos de sobrevivência. Daí se tem um problema enfrentado em todo o país, pois, muitos não cumprem com a legislação vigente.

É difícil encontrar uma explicação para as diferentes razões que levam à não observância da lei. Mas, pode-se associar superficialmente com os custos que seriam adquiridos. De acordo Ulyssea(2004), no caso das firmas, é possível classificar os custos da formalidade em dois grandes grupos: os custos de entrar no setor formal, relacionados ao custo de legalização e registro do empreendimento; e os custos de permanecer no setor, que podem ser divididos em duas categorias – custos monetários (impostos e taxas) e custos burocráticos. Em contrapartida, há também variados custos àqueles que optarem pela informalidade/ilegalidade. Resumem-se também a dois tipos: as penalidades impostas à firma quando a infração é detectada; e a incapacidade das firmas informais de se beneficiarem parcial ou integralmente dos bens ofertados pelo governo, entre os quais o sistema judicial e a polícia. Este segundo aspecto tem como consequência a impossibilidade de as firmas exercerem plenamente o direito de propriedade sobre seus produtos e capital, o que aumenta a incerteza e os custos de transação e monitoramento dos negócios informais. Além disso, a incapacidade de assegurar os direitos de propriedade faz com que estas firmas tenham seu acesso ao mercado de crédito severamente prejudicado, afetando, assim, sua capacidade de desenvolvimento.

Na perspectiva do trabalhador, o principal custo da formalidade está associado aos impostos inerentes ao contrato formal, em particular o imposto de renda e a contribuição

previdenciária. Por outro lado, a informalidade implica a perda dos benefícios associados ao emprego formal – seguro-desemprego, férias remuneradas, entre outros. Ainda existe a prática de alguns trabalhadores processarem seus empregadores quando demitidos, demonstra assim os contratos desiguais existentes. Além disso, o setor informal caracteriza-se por apresentar taxas de separação e rotatividade mais elevadas do que aquelas observadas no setor formal e, portanto, maior instabilidade das relações de trabalho.

Mas, devido principalmente esta fuga dos impostos e dos registros oficiais, muitos consideram com uma economia clandestina, que hoje se sabe que é do conhecimento de todos, inclusive do aparato estatal. Assim, segundo Siqueira (2008), a ineficiência do sistema estatal, caracterizado pela cobrança excessiva de impostos, pela burocracia e pela corrupção, faz com que a vida dentro das regras, através do pagamento correto de impostos e respeito aos direitos individuais e sociais do cidadão, torne-se inviável, estimulando-se, dessa maneira, o surgimento de sistemas alternativos que, apesar de burlarem a ordem jurídica, garantem condições mínimas de sobrevivência a seus integrantes, funcionando para o Estado como um “freio” capaz de evitar o colapso social.

2.2- O setor informal: estratégia de sobrevivência ou alternativa de vida?

Na literatura brasileira, estão presentes dois enfoques sobre o tema do setor informal. Por um lado, temos a abordagem econômica, e, por outro lado a abordagem sociocultural. Segundo Ferreira (2007), a primeira considera a lógica do mercado como determinante da inserção na informalidade, e a segunda considera as preferências individuais dos atores como determinantes das opções de trabalho. Visto que convivem dentro de uma mesma estrutura econômica, estas abordagens se

complementam e não se encontram em divergência.

A abordagem de cunho econômico tem a concepção de que o aumento do setor informal é um fenômeno estrutural do modo de produção capitalista. Associando-se assim à concepção marxista, onde os integrantes do setor informal encontram-se disponíveis no mercado para serem explorados pelo capital. Já que o setor informal resulta do desenvolvimento capitalista, que, ao gerar um exército industrial de reserva, impossibilita a inserção de todos os trabalhadores em postos formais. Desta forma, perante as grandes dificuldades e empecilhos de encontrarem vagas de emprego no setor formal, os trabalhadores seriam obrigados a sujeitarem a qualquer tipo de atividade, para sobreviver. Sob esta ótica, pode-se considerar o trabalho informal como estratégia de sobrevivência.

Assim o trabalhador como uma forma de ocupação e garantia de um nível mínimo de renda, para complementar a renda familiar e o nível de consumo, se inserem em condições precárias de trabalho, e adota esta “estratégia”, para se livrar ou contornar a pobreza existente. Pois hoje a busca por um emprego, está cada dia maior, a concorrência no mercado de trabalho formal, cresce substantivamente. Estes trabalhadores saem à luta, tentando ganhar a vida de qualquer jeito, trabalham longas jornadas para ganhar um mínimo. Por estas e outras razões, esta perspectiva é adotada como uma estratégia de sobrevivência.

Sobre a perspectiva da abordagem econômica do setor informal, Noronha (2003) classifica em três vertentes: a velha informalidade, a informalidade neoclássica e a nova informalidade. A velha informalidade buscava explicar o mercado de uma economia em transição, que geram desempregados, subempregados ou empregados “informais” nos centros urbanos industrializados, muitos deles recém migrados de áreas rurais. Mostra a situação dos anos 60 e 70 e trata de

uma abordagem tipicamente econômica, pois toma o investimento como a variável principal. Aqui a informalidade é entendida como negativa neutra, por ser um fenômeno típico de sociedades em transição, o qual será solucionado com o próprio desenvolvimento.

A informalidade neoclássica, afirma que a informalidade é resultante de ações naturais de empresas em busca de aumento de suas rendas em países com custos indiretos elevados da força de trabalho, impostos por lei, ou rígidos acordos coletivos. Esta abordagem propagou no final dos anos 80, e é mais apropriada para explicar a informalidade da classe média. Vê a informalidade como positiva, por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos negativos de normas rígidas do mercado de trabalho. E por fim a nova informalidade, que vê a informalidade como um resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixos, gerados pela sociedade pós-fordista ou pós industrial. Esta caracteriza a informalidade, como neutra, pois embora cause problemas sociais no curto prazo (), representa uma mudança estrutural nos padrões de trabalho. Noronha (2003) ainda afirma que estas abordagens no Brasil, encontram respaldo, e que todas possuem ao menos um bom argumento no debate sobre o trabalho informal.

A abordagem de cunho social de acordo Ferreira (2007), considera o exercício de atividades informais, as formas de organização informal da produção, como uma escolha consciente da maioria dos componentes do setor. “Assim, o ingresso em atividades informais não ocorre, necessariamente, pela falta de opção no mercado formal.” (FERREIRA, 2007, p.15) Sob esta ótica, pode-se considerar o trabalho informal como alternativa de vida, pois o trabalhador estaria em busca de liberdade de agir, de jornadas de trabalho mais flexíveis (possibilidade de fazer o próprio horário), controle do próprio negócio tendo a inexistência da figura do chefe,

acesso a uma parcela de rendimentos, ou até mesmo melhores condições de trabalho e remuneração que muitos anteriormente - no setor formal - não possuíam.

Esta abordagem se difere das perspectivas de cunho econômico que defendem o mercado como quem define o ingresso ou permanência na informalidade, pois as motivações de escolhas, não estão associadas somente a fatores econômicos. É sabido que os trabalhadores informais são muito heterogêneos, pois a presença destes neste setor, se dá por opção e escolha, ou pela simples ausência destas no mercado. Mas sobre essa ótica, não se deve visar somente nas supostas vantagens, mas também basta elucidar os pontos negativos, que são definidos na falta dos direitos trabalhistas.

Daí compreende que o setor informal como um setor heterogêneo composto por indivíduos motivados pela estratégia de sobrevivência e também pela alternativa de vida.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri M.; FILHO, Ives Gandra da Silva M.. **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. **Trabalho informal e cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero**. Tese de doutorado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

JAKOBSEN, K; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI; Singer, et al. **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Col. Brasil Urgente – Fundação Perseu Abramo, 1996

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. RBCS v.18, n.53, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcso>Acesso em: 04/09/2011;

O trabalho informal no Brasil. Artigo apresentado ao Fórum Engenho de Sonhos de Combate à Pobreza. Disponível em <<http://www. .br/sites/engenhodesonhos>> Acesso em 05/09/2011

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. **O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro.** ível em: <<http://www.iets.mf.br/acervo/artigos>> Acesso em: 04/09/2011

SIQUEIRA, Volmir Cristóvão de. **Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil: “Informal, Ilegal, Injusto”.** Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

ULYSSEA, Gabriel. **Instituições e a Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro.** Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica, 2004.

A MEMÓRIA DOS PESCADORES DO RIO SÃO FRANCISCO

Thaís Dias Luz Borges Santos
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

RESUMO

Os símbolos, os discursos e as práticas sociais se consolidam na memória e nas representações sociais à partir do território e do lugar. O conceito de memória e representações sociais permitem a análise das narrativas do barranqueiros, beiradeiros do Rio São Francisco, Norte de Minas, buscando entender a relação com o lugar, a partir dos sonhos dos sertanejos e dos sentimentos de pertencimento ao lugar. Entrevistas com habitantes mais velhos são prioritárias para a compreensão do lugar e do seu cotidiano. Podemos analisar nas narrativas das diferentes categorias sociais e culturais dos habitantes do sertão roseano, como as mudanças do lugar de vida desses diversos povos e as lembranças de outros tempos influenciaram e influenciam as suas diversas travessias.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Sertão; Norte de Minas Gerais; Beiradeiros; Rio São Francisco.

ABSTRACT

The symbols, discourses and social practices are consolidated in memory and in the social representations of territory and from the place. The concept of memory and social representations allow the analysis of the narratives of the dweller, beiradeiros São Francisco River, north of Minas Gerais, seeking to understand the relationship with the place, from the dreams of backland and feelings of belonging to pla-

ce. Interviews with older people are a priority for the understanding of the place and routine. We can analyze the narratives of different categories of social and cultural residents inhabitants of the interior, such as changes of place of living of different peoples and memories of other times influenced and influence their various crossings.

KEYWORDS: Memory; Hinterland, North of Minas Gerais; Beiradeiros, San Francisco River.

INTRODUÇÃO

O sertão e o rio São Francisco no Norte de Minas Gerais têm suas histórias entrelaçadas, onde os ciclos da terra e da água formam o cenário dos sujeitos do campo à cidade. As histórias e estórias fazem a representação do sertão. São muitas as representações feitas e re-feitas sobre o sertão, o rio e os sertanejos ribeirinhos. (PAULA, 2009, p. 60)

Este trabalho encontra nos sujeitos moradores antigos das margens do Rio São Francisco exemplos do homem do sertão representado por João Guimarães Rosa em sua obra, que lida constantemente com os ciclos da vida rementendo sempre à memória e as lembranças nas representações e enfrentamentos da vida. A memória e a alma dos do lugar, se misturam e assentam nos vários caminhos e recantos!

O que vale, são outras coisas. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto. O senhor é bondoso de me

ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe. (ROSA, 1994, p.132)

Ao andar à beira do Rio São Francisco na cidade de Pirapora, Norte de Minas Gerais, encontramos vários senhores e senhoras pescando, lavando roupa e até mesmo contemplando o rio. E é ao me deparar com essas pessoas que resolvi escrever esse trabalho, fruto da disciplina Antropologia das Sociedades Ribeirinhas acontecida em Fevereiro do ano de 2011 em Pirapora-MG ministrada pelo Professor Carlos Rodrigues Brandão, sobre a memória e as lembranças dessas pessoas sobre sua sociedade, o rio e as formas de viver do antes e do agora. Conhecer a realidade dos barranqueiros, beiradeiros (termo também usado, para fazer referência àqueles que habitam as barrancas do rio) do Rio São Francisco é buscar compreender a constituição da cultura local e da identidade regional de cenários profundamente modificados pela modernização do Norte de Minas, e das transformações nos modos de vida e sua interação com o meio ambiente. Nessas pessoas encontramos uma relação de simbiose com sua comunidade e com a natureza, além de um conhecimento profundo da natureza nos seus diversos ciclos. Conhecimento que é transmitido pela oralidade de geração para geração.

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DOS BEIRADEIROS DO SERTÃO

Estudar a vida das águas e dos homens do Rio São Francisco é entendê-los como correnteza, como fluxo, como movimento, como travessia... O rio é um lugar que se permite viajar, um lugar que viaja, um lugar em movimento. A sua natureza de correnteza possibilitou que os homens construíssem suas histórias de vidas em seus espaços, num encontro de homens e águas que seguem Juntos. Em geografias híbridas,

ziguezagando entre uma margem e outra, cenários de vidas, pontilhavam o tempo e o espaço das águas em movimento. (OLIVEIRA, 2010, p.43)

BOSI em seu livro *Memória e Sociedade* utiliza do Cone da Memória de Bergson para nos explicar que é do presente que se parte o chamado ao qual a lembrança responde. A lembrança pura traz à tona um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória. Lembranças e memórias vistas como OLIVEIRA (2010) adota em seu “per-cursos de águas e vida”, onde um rio torna-se parte da vida de muitos homens e mulheres do sertão.

Em uma conversa com o Sr. Zé Fazendeiro, pequeno agricultor e presidente da Associação de Moradores do Pernambuco, comunidade do Município de Pirapora-MG, embaixo de uma Mangueira, escuto dele o lamento de quem vê nascentes morrer. Conta que desde que chegou em Pirapora, há trinta anos, vindo de Coração de Jesus viu muitas nascentes morrendo e terrenos ficando inférteis. “*As fábricas poluem e ninguém toma atitude em relação a isso*” como afirma Sr. Zé Fazendeiro. O que ele resolveu fazer, frente à Associação foi se unir ao Movimento Ecológico São Francisco de Assis (MESFA) e iniciar ações de plantio de Buritis para recuperar as veredas e nascentes, além de implantar na comunidade medidas sustentáveis de preservar a vida. Isso tudo no intuito de re-construir o lugar que antes era verde e de águas límpidas.

Falar do presente possibilita, através da memória, lembrança e oralidade, remeter a momentos vividos antes, dos tempos bons e ruins da vida. Os depoimentos orais desses beiradeiros, além de fonte documental é uma forma de apreender os sentimentos e atitudes frente ao mundo e ao seu lugar de origem, e principalmente o sentimento de pertencimento com esse lugar.



Figura 01 Buriti plantando no Pernambuco na ação sócio-ambiental de novembro de 2010. Foto: Thaís Luz, 2011.

Segundo BOSI na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. A conservação total do passado só seria possível no caso em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória.

Outra importante personagem da construção da memória do lugar, é o Sr. Sidney, Presidente da Ong Movimento Ecológico São Francisco de Assis (MESFA). Em uma conversa no meio do viveiro da Ong, fala da sua *“trajetória ribeirinha”*, onde não terminou os estudos, mas sempre se interessou pelo meio-ambiente, pelos escritos de Leonardo Boff e João Guimarães Rosa. Para ele, ler o Grande Sertão Veredas *“foi algo muito difícil mas que engrandeceu”*. Ele teve o prazer de

marcar no livro todas as vezes que aparecia a palavra Buriti, pois, vê o Buriti como símbolo da preservação das águas e sua mata. Diz que: “*antigamente, antes da barragem de Três Maria, o rio tinha suas cheias, onde aparecia na cidade uma lagoa marginal que os alevinos desovavam... época de muito peixe. Hoje falta peixe, falta água e falta vazante*”. Lendo o Grande Sertão Veredas ele recorda de como o seu lugar era belo e rico. “*a Vereda, com seus buritis altos e a água ida lambida. Donzela de branca, sem um celamim de barro. Diz-se que lá se pesca, e gordas piabas.*”(ROSA, 1994, p. 784)



Figura 02: Sr. Sidney Moreno na sede da Ong MESFA. Foto: Thaís Luz, 2011.

O Baiano pescador que está em Pirapora há 20 anos fala da dificuldade que enfrenta em viver da pesca nos últimos tempos. A mortandade de peixes tem sido grande o

que afeta a renda dos pescadores, levando muitos deles, entre eles a família do Baiano há fazer da migração uma alternativa. Sua família toda migrou para São Paulo, onde trabalham em fábricas e construções. Do jeito que está ele também deve ir embora ficar com a família em São Paulo. Fala que pescam muito à noite, mas não tem horário específico: “*é Deus e a natureza que mandam*”. Ficam no cais durante o dia batendo-papo. A colônia enfrenta hoje os pescadores amadores e as leis ambientais que se contradizem. “*Já foi o tempo que as pessoas respeitavam o rio: hoje só sabem explorá-lo*”.

Bosi cita Halbwachs afirmando que:

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão: enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.(...) Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho. (BOSI, 2004, p.54)

Sr. Zé Pequeno, marinheiro e pescador aposentado, vive em Pirapora e relata que a pesca para ele é muito triste: ter que tirar uma vida, de tanto se debater, só para sobreviver não é bonito e muito menos fácil: é uma forma difícil e triste de ganhar a vida. Quando pequeno sofria junto com os irmãos e a mãe esperando o pai chegar em casa, vindo de suas viagens das barcas. Ficava poucas semanas e logo viajava meses novamente, para conseguir sustentar a casa. Ele lembra todas as embarcações pequenas, médias e grandes que já Passaram pelo Alto-Médio São-Francisco: “*Engenheiro Halfeld, Barão de Cotegipe, São Francisco, Wenceslau Braz, Benjamim Guimarães, São Salvador, Antônio Nascimento, Otávio Carneiro, Cordeiro de Miranda, Djalma Dutra, Siqueira Campos, Afonso Arinos, Bahia, Baependi, Fernandes da Cunha e Saldanha Marinho*”. Ao lembrar as embarcações relembra também tempos e espaços de vida e

trabalho ao longo do Rio. São muitos nomes e situações que são e fazem a memória desse pescador, no meio de tudo e todos os acontecimentos: o rio.



Figura 03 Sr. Zé Pequeno. Foto: Thaís Luz, 2011.

BOSI nos fala de duas memórias possíveis: A memória-sonho que advém dos signos do passado; e a memória-trabalho que depende dos valores do presente. A memória é vista como um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento, pois lembrança puxa lembrança .

O senhor sabe?: não acerto no contar, porque estou reme-xendo o vivido longe alto, com pouco caroço, querendo es-quentar, demear, de feito, meu coração, naquelas lembranças. Ou quero enfiar a idéia, achar o rumozinho forte das coisas, caminho do que houve e do que não houve. As vezes não é fácil. Fé que não é. (ROSA, 1994, p.242)

Sr. Beira D'água também pescador e marinheiro morador do Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Pirapora-MG,

narra as suas viagens e a vida de marinheiro. Seus relatos são povoados das lembranças e recordações da vida no rio, das viagens, festas e amor de cada porto. Narra que no começo se assustava com “*as cosias do mundo*”, mas que depois compreendeu que os “*pecados*” faziam parte da vida no rio; “*cada ribeira era conhecida pelas mulheres e cachaça que eram oferecidas*”. Resistente continua vivendo da pesca e segundo suas palavras “*segue sua vida da forma mais correta possível*”. Em uma conversa de poucas horas ele nos relata de cada ilha, cidade, fazenda e comunidade que conheceu no trajeto de Pirapora a Manga, sempre com um brilho no olhar ao lembrar e narrar as coisas vividas nas barrancas desse rio: o São Francisco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sertão e o rio São Francisco, no Norte de Minas, têm suas histórias entrelaçadas como João Guimarães Rosa apresenta os sujeitos e o sertão norte mineiro nos seus “causos e prosa”, pensando as relações da vida cotidiana através dos círculos afetivos de interações sociais e de identidades, entendendo a vivência, os modos de vida e as relações sociais entre os sujeitos das comunidades através da Memória exercida pelos antigos. BOSI (1998) identifica a função do velho e compara com o modo de lembrar do homem adulto e do velho. Para o adulto lembrar seria a hora do lazer, do relaxamento do espírito, é como se o passado fosse um sonho. Em suma: para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação. Um velho se encontra em outra situação, ele já viveu sua vida, ao lembrar ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da vida.

Os relatos dos velhos moradores pescadores ligados ao Rio São Francisco demonstram uma saudade de tempos passados e uma preocupação com tempos presentes. Revela a

persistência com o viver ribeirinho.

São esses homens que ao relembrar as suas vidas refazem a vida do rio, dos lugares e dos sertanejos ribeirinhos. Ao continuarem a viver do rio e no rio comprovam que a identidade se faz no cotidiano e que a memória é instrumento de reprodução do ser ribeirinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. 11^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2004

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. **Margens Escritas: per-cursos de águas e vidas**. Montes Claros: Coletânea Opará, 2010.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Travessias... Movimentos Migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)– Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

PESCADORES DE PIRAPORA: O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA E A PERCA DE SUA IDENTIDADE*

VIEIRA, Anne Karoline Rodrigues

DOURADO, Thays Barbosa

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

RESUMO

A cidade de Pirapora é banhada pelo Rio São Francisco e teve desde o início de seu processo de formação e ocupação o Rio como principal fonte de desenvolvimento para sua economia devido à navegação, à agricultura e à pesca, porém essa realidade veio se modificando com o tempo. A pesca, por exemplo, já não é mais tão abundante como antigamente, mas ainda é fonte de renda para muitas famílias. Várias comunidades de pescadores tiram o seu sustento diário dessas águas. Antes era possível pescar muitos peixes dessa região do São Francisco, hoje a realidade mudou. Os pescadores não conseguem mais pescar o suficiente, isso por conta de toda a agressão ambiental que o Rio São Francisco vem sofrendo principalmente pela ação das indústrias. Pirapora também é um dos principais pólos industriais do norte de Minas devido aos investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, porém essas indústrias muitas vezes não respeitam o meio ambiente. Este trabalho pretende mostrar o desenvolvimento e os impactos das indústrias na vida e no trabalho dos pescadores da cidade de Pirapora, a descoberta de um ciclo vicioso na relação desses dois mundos tão diferentes e a perda de identidade do povo ribeirinho de Pirapora.

PALAVRAS-CHAVES: Pirapora, pescador, identidade, industrialização, Rio São Francisco.

SUMMARY

The city of Pirapora bathed by the River São Francisco and has had since the beginning of the process of training and occupational River as the main source for development of its economy due to navigation, agriculture and fisheries, but this actually came to modifying the time. Fisheries for example, are no longer as abundant as formerly, but still a source of income for many families. Several fishing communities earn their daily sustenance of these waters. Before it was possible to catch many fish in this region of São Francisco, now the reality has changed. The fishermen can no longer catch enough, that on account of any environmental damage that the São Francisco River has suffered mainly by the action of industries. Pirapora is also a major industrial centers in the northern of Minas due to investments the Superintendency of Northeast Development - SUDENE, but these industries often do not respect the environment. This study aims to show the development of industries and the impacts on the life and work of the fishermen of the city of Pirapora, the discovery of a vicious cycle in the relationship of these two very different worlds and loss of identity of the riverine people from Pirapora.

KEYWORDS: *Pirapora, fisherman, identity, industrialization, River São Francisco.*

INTRODUÇÃO

A cidade de Pirapora localiza-se no Norte de Minas Gerais, com uma área territorial aproximada de 570 km² e uma população de 53.368 habitantes (IBGE, 2010). Por se localizar as margens do Rio São Francisco, o município deve seu processo de ocupação e formação ao Rio. Segundo Diniz *et al* (2000) a região foi ocupada inicialmente por povos indí-

genas, os Cariris, que vindos do Ceará se estabeleceram a beira do Rio São Francisco e assistiram a chegada das Bandeiras Paulistas que buscavam desbravar a região do Norte de Minas. Os Bandeirantes se constituíram assim como exterminadores dos índios Cariris e um novo componente para o processo de ocupação e formação de Pirapora.

A navegação no rio São Francisco se iniciou no final do século XIX e foi para a cidade um fator crucial no seu desenvolvimento, pois a rota fluvial via São Francisco trouxe ao município a atividade comercial e a ligação da região Sudeste com o Nordeste do país. E foi por muito tempo a principal atividade econômica que garantia o sustento de muitas famílias. Mas essa relação do homem ribeirinho com o Rio é mais que simplesmente econômica, o Rio está no homem ribeirinho. O homem sertanejo das margens do Rio São Francisco é uma miscigenação do branco, do índio (mais acentuado) e do negro e soube resguardar as riquezas culturais destes povos.

O Rio São Francisco é o meio de sobrevivência desses homens e mulheres que dependem dessas águas. Como disse Euclides da Cunha “O sertanejo é antes de tudo um forte”, pois ele deve agüentar as desventuras de uma vida dura no sertão. O Rio representa uma estratégia de luta para eles.

Percorrendo as margens do Rio São Francisco é possível encontrar uma variedade de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, de pescadores e de trabalhadores rurais que possuem forte tradição e religiosidade se tornando um povo com um rico e variado conjunto de expressões culturais, desenvolvendo um jeito único de sentir e ver o mundo.

Estudar a vida das águas e dos homens do Rio São Francisco é entendê-los como correnteza, como fluxo, como movimento, como travessia... O rio é um lugar que se permite viajar, um lugar que viaja um lugar em movimento. A sua natureza de correnteza possibilitou

que os homens construíssem suas histórias de vida em seus espaços, num encontro de homens e águas que seguem juntos. (OLIVEIRA, 2009, p. 80)

Para De Paula *et al* (2006) foi no século XX, com a implantação da ferrovia, que Pirapora obteve um meio de ligação com o restante do país ampliando ainda mais a sua atividade comercial e transformando o município em importante pólo na Região Norte Mineira.

No final dos anos 50, começou a intervenção do Estado, através do investimento no problema da seca. As regiões Nordeste do Brasil e Norte de Minas Gerais, já conhecidas como subdesenvolvidas, foram beneficiadas com estratégias governamentais de combate a longos períodos de estiagens. (DE PAULA, 2006, p. 4)

E assim começa também uma intervenção no espaço, na vida e na identidade ribeirinha, pois conseqüentemente essa gente do Rio estaria envolvida diretamente nas mudanças espaciais que viriam a ocorrer em Pirapora e região.

ESTRATEGIAS GOVERNAMENTAIS E O INVESTIMENTO DA SUDENE

Em 1967 reuniram em Pirapora os investidores industriais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para De Paula *et al* (2006) esse encontro contou com o apoio de diversas entidades além dos poderes municipal, estadual e federal. Esse evento marcou o início da industrialização na cidade.

Assim, segundo Diniz *et al* (2000) foi inaugurado em 1974 o distrito industrial e em 1981 um novo porto para sustentar a demanda das novas indústrias, com isso, foi construído uma ligação ferroviária entre o porto e a Rede Ferroviária Federal que já havia sido implantada na década de 1910.

Acreditando no potencial desenvolvimentista de Pirapora nessa época, vários empreendimentos foram direcionados para a cidade. Conforme Diniz *et al* (2000) as indústrias que receberam incentivos da SUDENE e que ainda continuam na região são: Ligas de Alumínio S.A. (LIASA), a primeira a chegar, voltada para a industrialização e comércio de ligas de alumínio, silício metálico, de inoculantes e de ferro-liga; Companhia Ferroligas de Minas Gerais (MINASLIGAS) que chegou em 1982 e é voltada a indústria e comércio de silício, cromo e manganês; INONIBRÁS – Inoculantes e Ferro Ligas Nipo-Brasileiros S.A. do ramo da indústria e comércio de inoculantes, nodulizantes, ferro ligas e peças fundidas; Companhia Fiação e Tecidos Cedronorte que chegou em 1984 e Companhia Fiação e Tecidos Santo Antônio do grupo Cedro e Cachoeira que chegou em 1996.

A SUDENE possibilitou incentivos fiscais para a expansão das atividades econômicas não apenas em Pirapora, mas também em toda a região norte – mineira e com isso o crescimento econômico e a integração dessa região subdesenvolvida com o resto do país.

Com os investimentos da SUDENE e a implantação de diversas indústrias, Pirapora obteve um rápido desenvolvimento econômico se tornando um dos principais pólos industriais do norte de Minas. Devido ao rápido crescimento do setor secundário, houve um aumento na oferta de empregos desencadeando em um processo de urbanização desenfreado e a cidade, que havia sido planejada pelo engenheiro José Teodoro Barbosa em 1910, acaba sofrendo com uma desordenada ocupação do espaço urbano.

O rio São Francisco também recebeu as conseqüências desse rápido desenvolvimento industrial. As indústrias se implantaram as margens do rio para uma captação mais fácil das águas, porém para isso elas desmataram as matas ciliares e lançam no rio os dejetos químicos.

As conseqüências dessas ações geram graves problemas ambientais como o assoreamento do rio e a morte de inúmeros peixes todos os dias o que causa nas pessoas que necessitam do rio um forte sentimento de revolta e tristeza.

OS IMPACTOS NA NATUREZA, NA VIDA E NA IDENTIDADE RIBEIRINHA

Com a implantação de indústrias em Pirapora houve um grande crescimento econômico, populacional e também uma grande agressão ao meio ambiente, o que afetou diretamente o Rio São Francisco, fonte de renda de muitas famílias do município e região, já que o distrito industrial se concentra à beira do Rio. Os ribeirinhos hoje sofrem com as agressões ao rio e sentem na pele a grande diferença do Rio antes e depois das indústrias como num jogo entre tempo e espaço. Para Woortmann (1991) o tempo muda pelas mudanças que ocorrem no espaço, e conseqüentemente a história pode tomar outros rumos.

Se o espaço é um ambiente, um ecossistema, ele não é apenas um ambiente natural dado, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído. Como ambiente construído, é um espaço “significado”, cujo uso social lhe atribui um sentido. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da população desse ecossistema uma sociedade. Se a história é dada pela desarticulação do ambiente construído, ele é também o processo de atribuição de novos significados ao espaço, de novos usos sociais e do deslocamento social dos agentes tradicionais. (WOORTMANN, 1991, p.28)

No caso específico dos pescadores, a escassez dos peixes fez com que diminuísse consideravelmente a renda e a expectativa da qualidade de vida dos mesmos e há também a fiscalização dos órgãos ambientais que, segundo os pescadores, tem dificultado a prática, punindo os e fazendo “vistas

grossas” a toda a poluição provocada pelas indústrias que causam tanta mortalidade de peixes. Toda essa dificuldade fez com que muitos pescadores desistissem da pesca como principal meio de renda e procurassem outro meio mais satisfatório. Além disso, há a migração da população jovem ribeirinha para os grandes centros urbanos a procura de novas oportunidades. Assim, a situação em que se encontra a prática da pesca barranqueira hoje, faz com que muitos pescadores abandonem a pesca e se tornem trabalhadores urbanos. Como mostra o depoimento do senhor Dílson de Oliveira Silva presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora, que tem dado apoio aos pescadores em suas lutas sociais pela preservação do Rio São Francisco..

Talvez seja interessante falar um pouco das causas, tudo tem um por que, porque os pescadores abandonaram a pesca artesanal, porque o rio hoje tá lutando para sobreviver [...] a gente acompanha a angústia dos pescadores que também precisam do Rio São Francisco. A gente acompanha a questão da poluição do rio tanto por parte das empresas que se instalaram nas margens do rio e também por parte do agronegócio que joga um monte de veneno na terra e quando vem a chuva leva esse veneno junto com a enxurrada tudo para dentro do rio e também o veneno não só dessa forma mas também a infiltração dos venenos nos lençóis freáticos isso tudo polui o rio. Agora o assoreamento do rio que, lugar que passava navio quer dizer barcos, vapores, hoje as pessoas, dependendo da época do ano, atravessam a pé, então o rio tá lutando para sobreviver da mesma forma os pescadores, todo mundo sabe que um tempo muito recente o rio aqui era uma fartura imensa de peixes hoje não tem peixe. Pirapora era conhecida como a cidade do peixe, as pessoas saem daqui pedem uma porção de peixe na beira do rio é mais caro que em Belo Horizonte que nem peixe tem. Então é a cidade como as cidades ribeirinhas que estão na margem do rio e com relação às pessoas que

viviam, sobreviviam do rio, acho que deve ter diminuído mais de 70%, aquelas pessoas mais velhas que não tinham outra alternativa de sobrevivência continuam lá pescando é claro, hoje tem muitos poucos jovem que abdica a pesca artesanal porque o rio tá morrendo, tem poucos peixes, essas pessoas vão procurar outra alternativa de sobrevivência, conseguir emprego em uma indústria, tentar um concurso público, arrumar outras coisas para fazer que não seja pesca, porque a pesca deixou de ser uma atividade lucrativa que as pessoas sobreviviam com o peixe, eles vendiam o peixe, hoje tá muito mais difícil. Aquelas pessoas que têm uma estrutura melhor ainda conseguem pegar um peixinho, mas de modo geral acho que muitas pessoas abandonam a pesca artesanal para procurar outro meio de sobrevivência que não seja a pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há nessa situação em que os pescadores vivem hoje um movimento cíclico, onde num primeiro momento o pescador tem sua rotina e seu envolvimento com o Rio e com o seu espaço, e livre de interferências maiores, exerce a sua prática. Até que num segundo momento aparece o desenvolvimento industrial que transforma esse espaço segundo seus interesses deixando os pescadores em clara desvantagem. E num terceiro momento, o pescador tendo seu espaço modificado, já não têm na pesca os resultados de antes, se vêem obrigados a procurar outro meio de renda mais satisfatório e acabam empregados pelas indústrias responsáveis pela mudança do seu espaço. E o resultado de todo esse movimento cíclico é a perda de identidade dos pescadores. Isso por que já havia nessa comunidade um saber popular, uma cultura de vivência, característica de populações tradicionais ou mesmo culturas tradicionais que segundo Diegues:

São padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar

e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios de modo de produção mercantil. [...] Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais além do modo de vida, é, sem dúvida o reconhecer-se como pertencente aquele grupo particular. Esse critério remete a questão fundamental da identidade. (DIEGUES, 2000, p.87-88)

No momento em que o pescador vive no espaço construído por ele a partir de suas vivências, sem interferências exteriores nas suas atividades ele cria uma rotina e seu modo de vida, isto é, seus costumes, suas práticas, sua cultura. A prática da pesca, a vida ribeirinha cria a identidade daquele homem. Assim no momento em que a indústria aparece e transforma o espaço desse homem ele acaba sendo levado a um modo de vida diferente do seu modo de vida ribeirinha, ele perde a identidade que foi construída durante toda sua vida ao se tornar, pela força das circunstâncias, um trabalhador urbano industrial. E essa é a realidade de muitos pescadores da cidade de Pirapora.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. *et al.* **A região mineira do Nordeste-Grande Sertão.** Rio de Janeiro, 2006.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 87-88.

DINIZ, Domingos; SILVA, Breno Álvares da; MOTA, Ivan Passos Bandeira da. Pirapora: um porto na história de Minas. Pirapora: Ed. da Prefeitura Municipal de Pirapora, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Maio. 2011.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. *Ciclos de águas e vidas: o caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco*. 2009. 143 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

WOORTMANN, E. F. **Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste**. Brasília: [s.n.] 1991.

* Este artigo contempla a área de Antropologia

EXCLUSÃO RACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE

ROSA, Talita Isabel Pereira¹
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

RESUMO

A proposta do artigo é discutir sobre a trajetória do negro na sociedade brasileira, destacando sua dificuldade em inserir na mesma, devido ao contexto em que ocorreu a abolição da escravatura. Aborda ainda, as tentativas do negro de se tornar um cidadão em um país considerado democrático racialmente, mas que na verdade é preconceituoso, discriminatório e racista.

ABSTRACT

Discusses the history of blacks in Brazilian society, highlighting the difficulty inserting the same, given the context in which it occurred to abolition of slavery. Also addresses the attempts of black to become a citizen in a territory considered racially democratic, but actually is prejudiced, discriminatory and racist.

PALAVRAS – CHAVE: Negro – preconceito – sociedade – inserção.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma se deu a entrada do negro na sociedade brasileira depois de sua alforria, como a sociedade se organizou para acolher os ex-escravos e como os afro-descendentes enfrentaram as marcas

1

Graduanda do 6º período de Ciências Sociais da Unimontes.

do passado, principalmente em relação ao preconceito racial. O negro não está apenas presente na história brasileira, ele é peça fundamental na construção da história do Brasil. O escritor e ativista do Movimento Negro, Abdias do Nascimento dizia que:

Nossos ancestrais nos legaram outra herança: a construção de um país chamado Brasil, erguido por africanos e somente por africanos. Um país com um território enorme, a metade da América do Sul; um país maior que o território dos Estados Unidos. A tarefa de construir a estrutura econômica e material desse país significou o holocausto de milhões de vidas africanas (NASCIMENTO, 1982, p. 25).

As teorias no fim do século XIX e início do XX, por exemplo, tentaram colocar o negro como inferior ao branco, como o estudo do médico Raimundo Nina Rodrigues que dizia que o negro tinha suas capacidades reduzidas, levando as elites à crença da ideologia do branqueamento, que tinha por objetivo acabar com a raça negra. Outros autores também defendiam essa idéia, como o Sílvio Romero, Oliveira Viana, entre outros.

O preconceito já estava arraigado e a intenção não era de exclusão e sim da extinção dos negros da sociedade brasileira. Este trabalho visa abordar o cenário preconceituoso que se formou ao longo do tempo contra os negros no Brasil.

O artigo foi dividido em duas partes, na primeira discute sobre a entrada do negro na sociedade após a sua libertação do cativeiro e aborda as dificuldades e barreiras enfrentadas por ele ao tentar inserir na sociedade como cidadão livre. Na segunda parte do artigo será destacada a importância das políticas públicas de inclusão social, na tentativa de diminuir as desigualdades entre negros e brancos, e ainda sobre a discriminação racial e o preconceito enfrentado pelo negro na sociedade. O objetivo deste trabalho é instigar a população quanto à necessidade de inserção do cidadão negro na sociedade, busca mostrar a importância do combate ao

preconceito e a discriminação racial para o alcance de uma igualdade racial.

2. DA SENZALA À MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

Com a abolição da escravatura em 13 de Maio de 1888, os escravos viram-se na esperança de livre escolha e de se tornarem cidadãos, agora fora do cativeiro ao qual foram submetidos ao longo de três séculos.

O Brasil, naquela época, era fornecedor de vários produtos agrícolas, dentre eles o café, e estava crescendo no cenário internacional. Porém, dentro do país ainda mantinha a mão-de-obra escrava, segundo Octavio Ianni havia uma contradição.

Em outras palavras, a sociedade brasileira está apoiada numa economia produtora de mercadorias para o mercado internacional, com fundamento na utilização predominante do trabalhador escravizado. Essa é uma contradição que se tornará progressivamente insuportável, até a sua superação. Mesmo após da abolição, várias décadas depois, a sociedade brasileira ainda manifestará as conseqüências das tensões e lutas decorrentes da referida contradição (IANNI, 2004, p.24-25).

A economia brasileira crescia, porém o trabalhador escravo livre não encontrava seu lugar na sociedade, sendo obrigado a se submeter às piores condições possíveis. Ao negro, cabia procurar refúgio onde não “incomodasse” os homens, construindo casas em cima de morros (Mattos, 2009), ele era agora um ex-escravo, cidadão brasileiro com todos os direitos assim como o branco (Constituição ? 1988), porém na prática não era assim que acontecia. Ao mesmo tempo em que a abolição dava liberdade ao escravo, também o colocava no seio de uma sociedade excludente.

Ser aceito como cidadão era um desafio para o negro, pois a

sociedade queria acreditar e fazer com que o mundo acreditasse também que o Brasil era um paraíso democrático racialmente. Com o mito da democracia racial, o preconceito sempre ficou mascarado na sociedade. Para Freyre,

Há diante desse problema de importância cada vez maior para os povos modernos – o da mestiçagem, o das relações de europeus com pretos, pardos, amarelos – uma atitude distintamente, tipicamente, caracteristicamente portuguesa, ou melhor, luso-brasileira, luso-asiática, luso-africana, que nos torna uma unidade psicológica e de cultura fundada sobre um dos acontecimentos, talvez se possa dizer, sobre uma das soluções humanas de ordem biológica e ao mesmo tempo social, mais significativas do nosso tempo: a democracia social através da mistura de raças (FREYRE, 1938, p. 14).

A partir dos anos 1930, o Brasil assistiu ao progressivo desaparecimento do discurso racista, surge um pensamento racial que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil, afirmando que o povo brasileiro mantinha uma convivência harmônica entre as diferentes raças (Jaccoud, 2008). Porém, o preconceito era mascarado somente para quem praticava, porque quem sofria a discriminação sabia bem o que era ser vilipendiado e sentia na pele a dor da exclusão. Somente com o fim do mito da democracia racial, que a desigualdade entre negros e brancos passou a ser observada na sociedade brasileira como um problema racial e não apenas social.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Para o negro ser incluso igualmente na sociedade, foi preciso intervenção pública por parte do governo federal, mas isto muito tempo depois de anos de luta do Movimento Negro em busca de melhores condições de vida para o afro-descendente. O preconceito agora é tão visível que alguns

não escondem a sua contrariedade em face das políticas de inclusão.

Existem muitas desculpas propagadas até mesmo por pessoas cultas e de alta posição na sociedade, porém por trás destas desculpas está incrustado o preconceito, a discriminação racial. Tentam maquiagem mais uma vez a situação de convivência pacífica onde todos possuem os mesmos direitos e porque não dizer, quase que as mesmas oportunidades. Se a realidade brasileira fosse esta, sem a implantação de políticas públicas teríamos então muitos jovens negros entrando e formando-se nas faculdades públicas e particulares e o mercado de trabalho não teria o requisito “cor” como forma de aprovação do currículo e contratava somente pela capacidade profissional.

O fato é que, mesmo com a inclusão do negro por meio de ações afirmativas, ainda assim ele encontra dificuldades para se inserir na sociedade, mesmo estando capacitado para isso. Segundo Octavio Ianni, apenas poucos conseguem alcançar a classe média.

Um diplomata negro serve preferencialmente na África, um médico negro atende preferencialmente a negros e mulatos; ou brancos pobres. Uma professora negra dificilmente é contratada por um estabelecimento privado de ensino que atende à classe média ou à burguesia. Ocorre que são ainda poucos os que alcançaram ou estão alcançando a classe média. Aliás, são principalmente mulatos os que conseguem atravessar as barreiras do preconceito e discriminação (IANNI, 2004, p.128).

O negro precisa ser aceito no mercado de trabalho e isso depende da visão da sociedade, se o preconceito ainda persistir fica mais difícil fazer com que isso aconteça. Em entrevista a um programa de televisão, o Deputado Federal (PR-RJ) Jair Bolsonaro disse que se recusaria a entrar em

um avião pilotado por um cotista ou ser atendido por um médico cotista. Em ambos os casos seria um negro favorecido pelo sistema de cotas e com certeza a aversão do Deputado não diz respeito às cotas, mas sim ao fato de ser negro.

Mesmo com tanta controvérsia, as políticas públicas de ações afirmativas foram um grande avanço no que diz respeito ao combate à desigualdade racial no Brasil, beneficiando negros, índios e classes desfavorecidas.

Incluir a população negra na sociedade é oferecer a ela as mesmas oportunidades que são dadas ao branco. Com a inclusão, o negro começa a ser reconhecido como parte integrante da sociedade e é garantido a ele o direito à educação e o acesso ao mercado de trabalho. A partir de 2001, foram implantadas as ações afirmativas de promoção de acesso ao Ensino Superior, onde o negro passou a beneficiar-se de cotas raciais para o ingresso à Universidade. A aprovação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a inclusão obrigatória do estudo da História e da Cultura Afro-brasileira no Ensino Básico, além de promover o conhecimento sobre a sociedade brasileira contribui para a eliminação do preconceito racial valorizando as diversidades no Brasil (Jaccoud, 2008).

Em relação ao mercado de trabalho, o Ministério Público do Trabalho (MPT) instalou em 2002 a Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho, visando combater a discriminação de raças no trabalho. Foi lançado ainda, em 2005, o Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para todos com o intuito de reverter o quadro de desigualdades no mercado de trabalho (Jaccoud, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos tem-se ampliado no Brasil o debate sobre a implementação de instrumentos de combate à desigual-

dade e à discriminação racial. Alguns autores iniciaram estudos sobre a estrutura das relações entre brancos e negros, sendo que os trabalhos de Florestan Fernandes e Roger Bastide foram importantes. Escreveram um trabalho sobre o preconceito racial, também foi publicada a obra de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes, contribuindo para intensificar o debate sobre a inclusão do negro na sociedade.

A preocupação com a discriminação racial deve fazer parte da vida dos brasileiros, procurando denunciar todo e qualquer vestígio de discriminação direta ou indireta, que de alguma forma tem por objetivo vilipendiar e ignobilizar o negro na sociedade. A implementação de políticas de educação para combater o racismo é uma excelente iniciativa, porém o preconceito e a desigualdade ocorrem em todas as esferas sociais do país, sendo necessário buscar qual é a raiz do problema.

As políticas de ações afirmativas contribuem muito para o combate à desigualdade racial e buscam pela diminuição da discriminação. Segundo Luciana Jaccoud,

Pode-se afirmar que essas iniciativas, a despeito de seu caráter restritivo e limitado, têm representado um significativo avanço nas políticas de combate à desigualdade racial e nas perspectivas abertas à população negra no Brasil. Vêm igualmente permitindo aprofundar o debate sobre a interação do negro e seu lugar em nossa sociedade (JACCOUD, 2008, p.150).

Embora o maior problema do racismo e preconceito esteja não apenas num passado escravista e numa sociedade alienada pela democracia racial, pois ainda acreditam que não há racismo severo no Brasil, de onde vem então o preconceito que muitas vezes pode ser disfarçado ou mesmo imperceptível? A verdade é que quem pratica o racismo pode até não perceber a posição discriminatória, porém quem está

sendo vítima deste racismo vai sentir profundamente a dor da exclusão, principalmente porque o que determina o preconceito é o fato do discriminado ter nascido negro.

E o segredo para combater a discriminação pode está na própria sociedade, em cada cidadão brasileiro. Somente estes podem fazer com que a verdadeira democracia racial aconteça no Brasil e provoque na sociedade a inserção do povo negro marginalizado.

REFERÊNCIAS:

FREYRE, Gilberto. Conferência na Europa, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Saúde, 1938.

IANNI, Octavio, 1926-2004. Raças e classes sociais no Brasil/ Octavio Ianni- São Paulo: Brasiliense,2004.

JACCOUD, Luciana et al. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição/ Mário Theodoro (org). Brasília: Ipea, 2008. 176p.

NASCIMENTO, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: contexto, 2009.